

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Diego Rodrigo de Oliveira**

**DO PASSADO GLORIOSO AO PRESENTE ABSTRATO:  
uma análise histórica e ambiental do rio Paraíba do Sul**

**Taubaté-SP**

**2023**

**Diego Rodrigo de Oliveira**

**DO PASSADO GLORIOSO AO PRESENTE ABSTRATO:  
uma análise histórica e ambiental do rio Paraíba do Sul**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo programa de pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté-SP.

Linha de pesquisa: Composição e Processos Estruturantes de Bacias Hidrográficas.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

**Taubaté-SP**

**2023**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

O48d Oliveira, Diego Rodrigo de  
Do passado glorioso ao presente abstrato: uma análise  
histórica e ambiental do rio Paraíba do Sul / Diego Rodrigo de  
Oliveira. -- 2023.  
107 f. : il.

Monografia (mestrado) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Ciências Agrárias, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.  
Departamento de Instituto Básico de Humanidades.

Rio Paraíba do Sul. 2. Imprensa periódica. 3. História  
Ambiental. I. Universidade de Taubaté. Departamento de  
Ciências Agrárias. Mestrado em Ciências Ambientais. II.  
Título.

CDD 363.7

**Diego Rodrigo de Oliveira**

**DO PASSADO GLORIOSO AO PRESENTE ABSTRATO:  
uma análise histórica e ambiental do rio Paraíba do Sul**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo programa de pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté-SP.

Linha de pesquisa: Composição e Processos Estruturantes de Bacias Hidrográficas.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

**Data:** 28 de janeiro de 2023.

**Resultado:** Aprovado.

**BANCA EXAMINADORA**

**INSTITUIÇÃO**

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

UNITAU

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Gilberto Fernando Fisch

UNITAU

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Janes Jorge

UNIFESP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico esta dissertação as 700 mil vítimas da COVID-19 no Brasil.

## **AGRADECIMENTOS**

O processo do mestrado é uma caminhada quase que solitária, mas isso não significa que seria possível por um só.

Inicialmente, sou muito sensível e grato a Deus, por me dar a razão do ser para poder ter a razão de ser.

Aos meus pais, Maria Aparecida e Celso, por tudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, por construir junto comigo uma reflexão humanizada.

Aos professores do programa de Ciências Ambientais da UNITAU e aos colegas de turma. Vocês são o futuro da questão ambiental.

À colega professora de linguagem, Ma. Stefânia Diniz, por colocar em ordem as palavras e concordâncias dessa dissertação.

O conhecimento derruba mitos.

## RESUMO

Buscando uma compreensão sobre a relação entre o rio Paraíba do Sul e a sociedade que dele sobrevive, o presente trabalho analisa a dinâmica de interatividade rio-cidade, na perspectiva da História Ambiental e da imprensa periódica, ao longo do século XX. A bacia hidrográfica como escopo é a do rio Paraíba do Sul, contemplando os trechos paulista e fluminense. Em território paulista, definiu-se o município de Taubaté como recorte parcial para abranger a análise, uma vez que ele está localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), considerada, pelas mais recentes estatísticas, uma das áreas populacionais mais desenvolvidas e urbanizadas do país. A princípio, a pesquisa aferirá, desde uma perspectiva dialética, a indissociabilidade rio-cidade, que ao mesmo tempo em que cria condições de interdependência entre esses elementos, sobretudo econômica e energética, produz, simultaneamente, forças de afastamento do rio da vida social. Pode significar que, geometricamente, estão próximos, porém distantes socialmente. A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, a partir de uma revisão de literatura. A segunda, utilizando a Biblioteca Nacional Digital e a Hemeroteca “Antônio Mello Junior”, na Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté, investiga precisamente a imprensa periódica paulista e fluminense, datada do século XX. Como categoria de tempo e espaço, utilizou-se a metodologia proposta por Santos (2006). Os fundamentos teóricos do trabalho situam-se em dois eixos principais: a) o rio Paraíba do Sul como categoria de análise e b) a interação rio-cidade no contexto da História Ambiental e da imprensa periódica. Objetiva-se, com o presente trabalho, investigar e refletir sobre o relacionamento histórico e ambiental do Paraíba do Sul com o conjunto dos usos da bacia hidrográfica. Conclui-se que cada período histórico produziu uma interação singular com o rio Paraíba do Sul. A imprensa periódica revelou que ainda que o rio Paraíba do Sul fosse um corpo poluído e distante da população, foi imprescindível para o projeto urbano-industrial em tela na região valeparaibana.

Palavras-chave: Rio Paraíba do Sul; Imprensa Periódica; História Ambiental.

## SUMMARY

Seeking an understanding of the relationship between the Paraíba do Sul River and the society that survives from it, this paper analyzes the dynamics of river-city interactivity, from the perspective of Environmental History and the periodical press, throughout the 20th century. The scope of the hydrographic basin is the Paraíba do Sul river, covering the São Paulo and Rio de Janeiro stretches. In São Paulo, the municipality of Taubaté was defined as a partial cut to cover the analysis, since it is located in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), considered, by the most recent statistics, one of the most populated areas most developed and urbanized in the country. At first, the research will assess, from a dialectical perspective, the indissociability between river and city, which, while creating conditions for interdependence between these elements, especially economic and energy, simultaneously produces forces that distance the river from social life. It may mean that, geometrically, they are close, but socially distant. The methodology consists of a bibliographical and documentary research. The first, based on a literature review. The second, using the National Digital Library and the Hemeroteca “Antônio Mello Junior”, in the Division of Museums and Historical Archives of Taubaté, investigates precisely the periodical press from São Paulo and Rio de Janeiro, dating from the 20th century. As a category of time and space, the methodology proposed by Santos (2006) was used. The theoretical foundations of the work are located in two main axes: a) the Paraíba do Sul river as a category of analysis and b) the river-city interaction in the context of Environmental History and the periodical press. The objective of this work is to investigate and reflect on the historical and environmental relationship of Paraíba do Sul with the set of uses of the hydrographic basin. It is concluded that each historical period produced a unique interaction with the Paraíba do Sul river. The periodical press revealed that even though the Paraíba do Sul river was a polluted body and far from the population, it was essential for the urban-industrial project in question in the Vale Paraíba region.

Keywords: Paraíba do Sul River; Periodical Press. Environmental History

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	13
Figura 2 – Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul.....	66
Figura 3 - Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul.....	66
Figura 4 – Informe do chamado “serviços hydrometricos” no rio Paraíba do Sul.....	67
Figura 5 – Excursão turística a Campos do Jordão passando pelo rio Paraíba do Sul.....	68
Figura 6 - Excursão turística a Campos do Jordão passando pelo rio Paraíba do Sul.....	69
Figura 7- Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul.....	70
Figura 8 – Alerta de inundações nas margens do rio Paraíba do Sul.....	71
Figura 9 – A polêmica transposição das águas do rio Paraíba do Sul em Caraguatatuba.....	73
Figura 10 – Cancelamento do projeto da usina hidrelétrica em Caraguatatuba.....	74
Figura 11 – Relação entre a chuva e a geração de energia elétrica no rio Paraíba do Sul.....	76
Figura 12 – Chuvas artificiais na bacia do Paraíba do Sul.....	77
Figura 13 – Pesca no rio Paraíba do Sul.....	79
Figura 14 – Recreação no rio Paraíba do Sul.....	80
Figura 15 – Rio Paraíba do Sul e sua ligação com a Igreja Católica.....	80
Figura 16 – A inevitável industrialização do Vale do Paraíba.....	82
Figura 17 – A grande dependência dos fluminenses das águas do rio Paraíba do Sul.....	84

Figura 18 – Poluição no rio Paraíba do Sul.....	85
Figura 19 – Poluição no rio Paraíba do Sul afeta o abastecimento no Rio de Janeiro.....	87
Figura 20 – Contaminação dos peixes no rio Paraíba do Sul.....	87
Figura 21 – Contaminação do rio Paraíba do Sul pela indústria.....	88
Figura 22 – Diminuição dos peixes no rio Paraíba do Sul.....	89
Figura 23 – Cava de areia em área de preservação permanente em Pindamonhangaba.....	92
Figura 24 – Índice de tratamento de esgoto nas cidades do Vale do Paraíba (paulista).....	95

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS .....	18
1.1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos.....	18
1.2 Justificativa.....	19
1.3 Metodologia.....	20
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>31</b>
2.1 História ambiental: passado, presente, desafios.....	31
2.2 A interação rio-cidade no contexto da História Ambiental.....	38
2.3 Taubaté: uso histórico da terra.....	47
2.3.1 Taubaté no contexto e na pós fundação (1645) .....	50
2.3.2 O milagre econômico: café .....	52
2.3.3 Desenvolvimento e modernização: Taubaté no século XX.....	60
<b>3. O RIO PARAÍBA DO SUL SOB OLHAR DA IMPRENSA PERIÓDICA.....</b>	<b>65</b>
<b>4. CONSIDERAIS FNAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>5.REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## 1. INTRODUÇÃO

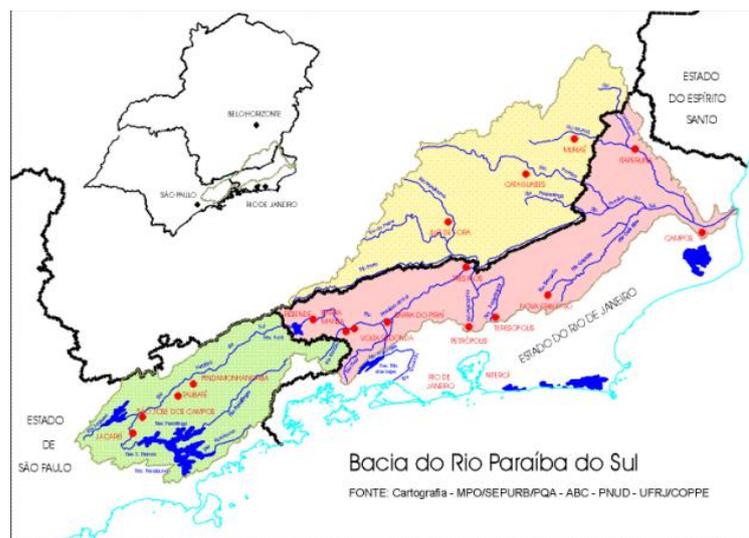
A presente pesquisa propõe uma interpretação histórico-ambiental sobre o Paraíba do Sul e investiga como o rio e todo o conjunto da bacia hidrográfica foram representados nas edições dos jornais *Correio Paulistano*, *Diário de Taubaté* – ambos paulistas – e *Correio da Manhã* – periódico fluminense. Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho recorre às contribuições da História Ambiental, na tentativa de compreender de que forma foram produzidos discursos sobre o tema do uso do território, vinculando-o a indagações ambientais. Isso foi feito levando em consideração contextos de transformações substantivas e estruturais na sociedade, tendo como referência histórica o século XX, em suas diferentes fases e ciclos, sendo esse configurado por dinâmicos processos no uso do território, emergindo dali uma sociedade de natureza urbano-industrial com novas demandas, intencionalidades e ações sobre os recursos hídricos.

Nesse trabalho, não se busca vislumbrar exclusivamente a importância histórico-ambiental do rio Paraíba do Sul, sob uma perspectiva regional ou nacional. Já existe uma literatura que bem demonstrou as múltiplas inserções deste rio no contexto do território (PATRIANI e CUNHA, 2010; COELHO, 2012). Também não está no seu escopo comprovar a imprescindibilidade do rio para o uso e ocupação da bacia, ainda que seja desejável que tal entendimento esteja explícito nessa pesquisa. Tem-se aqui o preceito de reconhecer um diálogo entre o rio e a sociedade, buscando na História Ambiental e na imprensa periódica elementos que possam servir para a elaboração do edifício intelectual pretendido.

Nesse sentido, torna-se urgente visualizar por um ângulo mais profundo e minucioso o rio, a história e a bacia hidrográfica, uma vez que o seu futuro é cada vez mais canalizado em função de como nos permitimos integrar aos recursos hídricos que nos circundam. A natureza dessa relação, que se ajusta e se reconfigura de acordo com as circunstâncias momentâneas, como se empenha o presente trabalho em expor, aponta o rio Paraíba do Sul como considerável sujeito ativo da produção da vida social e econômica da bacia hidrográfica.

Considerado um dos mais alentados recursos hídricos do Brasil, sendo represado pela bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, que o tem como rio principal, andarilha por três estados, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É a confluência do rio Paraitinga com o rio Paraibuna, junto a localidade do município de Paraibuna (SP). O primeiro nasce a 1800 metros de altitude na Serra da Bocaina, estado de São Paulo, o segundo a 1200 metros na Serra do Mar, também em território paulista. Depois de se fazer presente por mais de 1100 quilômetros de extensão nos três estados, o Paraíba do Sul encontra-se com a sua foz no município de São João da Barra - RJ, cirurgicamente na praia de Atafona. A figura 1 mostra a totalidade da bacia:

Figura 1 – Bacia do Rio Paraíba do Sul.



Fonte: (CARNEIRO, 2015)

Coelho (2002), em um estudo do rio Paraíba do Sul, explica a posição estratégica que o rio ocupa, especialmente para o abastecimento do estado do Rio de Janeiro, sendo responsável por abastecer 80% da população. Importante ressaltar que se trata de um rio federal, uma vez que corta três estados, logo a gestão é compartilhada entre tais unidades federativas. Para o autor, diante do destaque do rio para a manutenção da vida, “o controle da qualidade e a gestão judiciosa dos usos das águas da bacia são de importância fundamental para o estado do Rio de Janeiro” (2012, p. 21). Se por um lado ele apresenta a relevância

do rio para os cidadãos fluminenses, por outro sinaliza os contínuos embates entre os estados, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, referente ao uso e outorga de água do Paraíba do Sul. Corrobora com isso quando o autor diz que:

No caso do Vale do Paraíba, tem havido nos últimos sessenta anos uma considerável expansão demográfica, associada a um desenvolvimento industrial intenso e diversificado (2012, p. 21).

Para uma região que, nas últimas décadas, deu saltos de desenvolvimento e urbanização, como será mostrado nos parágrafos subsequentes, é compreensível a sua preocupação com seus recursos hídricos. Assim, Patriani e Cunha (2010) definem o rio Paraíba do Sul como um sobrevivente. Os pesquisadores afirmam a importância histórica do rio até o presente, desde questões ligadas à religiosidade, ao processo de urbanização, das atividades industriais e de agropecuária, de mineração, de pesca, entre outras. Da nascente à foz, da introdução à conclusão, a estratégia dos autores não é somente evidenciar o grau de importância para o abastecimento humano. O ponto central da obra é evidenciar como o comum pode se conectar de modo singular com o rio em espaços e tempos distintos.

Recortando a bacia, é possível também observar nos afluentes e subafluentes do Paraíba do Sul, que vão compor as sub-bacias e microbacias, processos de degradação em escala menor, que, no entanto, comprometem todo o sistema da bacia hidrográfica. É o que Targa *et al.* (2019) concluíram ao estudarem o uso e ocupação humana na sub-bacia do rio Itaim, um subafluente do rio Paraíba. O mesmo foi verificado por Córrea (2001), com acréscimo de variantes como aceleração da erosão, assoreamento, cheias e aumento do escoamento superficial. Logo, ao passo que a urbanização acelera, em mesmo ritmo acentua os impactos sobre os rios de primeira, segunda e terceira ordem.

Em São Paulo, o rio Paraíba do Sul corta a região do Vale do Paraíba Paulista, reconhecida, a partir de 2012, como Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Trata-se, na qualidade da sua economia, dos indicadores sociais e das forças produtivas, como uma das regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do país (VIEIRA, 2009). Segundo estimativa do IBGE, em 2020 a população aproximada da região era de aproximadamente dois milhões e seiscentos mil habitantes, o que corresponde a aproximadamente 5,7% da

população do estado. Em 2010, segundo Mello *et al.* (2012), ano do último censo demográfico do IBGE, 94,11% da população da RMVPLN vivia em áreas urbanas. Segundo informações da plataforma virtual do Desenvolve SP<sup>1</sup>, do governo do estado de São Paulo, o PIB (produto interno bruto) da região corresponde atualmente a 5,09% do PIB estadual, totalizando aproximadamente 113 bilhões de reais. Se o território em destaque é privilegiado em um contexto de hierarquização do status que ocupa dentro do conjunto da nação, automática e dedutivamente confirma-se ao rio Paraíba do Sul um valor estratégico na produção do passado, do presente, do futuro.

Nessa pesquisa buscou-se pensar o rio como uma espécie de motor de condicionante social, ao mesmo tempo em que ele é condicionado pela sociedade. Isso significa dizer que não é apenas um objeto natural passivo, estático, é um agente que, concomitantemente as diferentes intencionalidades que recai sobre o mesmo, devolve ou imprime na sociedade marcas históricas. O rio e a cidade, o rio e a história, o rio e a vida, são simbioses, são integrados, são sistemas indissociáveis que produzem e são produzidos.

Nas partes que se soma para aproximar-se da totalidade do objeto, a História Ambiental como conceito, interdisciplinaridade, compreensão íntima da relação do Homem com diferentes usos da natureza, é essencialmente indispensável para colocar a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul em um lugar histórico para cada período configurado em função de determinadas dinâmicas socioespaciais, especialmente econômicas, apontando que tipo de relação foi empreendida. Se a História Ambiental é por excelência o instrumento que melhor possibilita problematizar o uso do território sob o crivo da sustentabilidade, a imprensa periódica escrita é o canal de exteriorização e divulgação do modelo de convivência dos elementos naturais, artificiais e ações antrópicas. Vale lembrar que a História Ambiental também pode ser edificada alimentando-se da imprensa.

A primeira parte do trabalho consiste na metodologia escolhida e utilizada. Sua construção teórica e analítica baseou-se, respectivamente, em pesquisa

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/comunicacao/noticias/mapa-da-economia-paulista-destaca-diversificacao-industrial-e-polos-de-inovacao-como-pontos-fortes-da-rmvale/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

bibliográfica e documental. A primeira respeitando, refletindo e problematizando uma ampla, porém incompleta, literatura sobre o tema. A segunda obtendo acesso às edições dos jornais *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano* e *Diário de Taubaté*. Os dois primeiros por meio da Hemeroteca Nacional Digital<sup>2</sup> e o último, de modo não digitalizado, na Hemeroteca “Antônio Mello Junior”, na Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté. Com o objetivo de contextualizar espacial e temporalmente o objeto deste trabalho, utilizou-se a categorização proposta por Milton Santos (SANTOS, 2006).

A segunda parte do trabalho explora a História Ambiental sob uma perspectiva conceitual e, portanto, como recurso para o enfrentamento da análise da interação rio-cidade. Como conjunto sistematizado de conceitos, metodologia e dinâmica própria, a História Ambiental emerge a partir dos anos de 1970, momento que a luz da crise do meio ambiente assumiu proporção global e, por conseguinte, deram-se início as conferências ambientais de amplitudes internacionais (SOUZA, 2013). Desse modo, é possível inferir, segundo Worster, que a “História Ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral” (1991, p.199).

Ainda na segunda parte, apresentam-se os aspectos correspondentes da simbiose entre o lugar social e econômico com a bacia hidrográfica. O rio e a cidade se comunicam. Para Coy (2013, p. 2), “a história dos rios (Danúbio, Reno, Meno, Elba, Tâmis, Sena, Ródano) corresponde, em grande escala, à história das suas cidades: pontos de passagem, lugares de encontro, centros de intercâmbio, locais de proteção”. A identidade, o lugar como sinônimo de pertencimento ao território, as múltiplas formas de expressão cultural, são instâncias intrinsecamente relacionadas com a interação rio-cidade. Contar a história de uma cidade pode, no limite, solicitar o rio e suas águas como sujeitos. Lembremo-nos que se trata de um conjunto indissociável.

A terceira parte recupera o uso histórico da terra no município de Taubaté-SP. Tamanho empreendimento objetivou revelar os múltiplos usos de natureza econômica, social e ambiental na bacia hidrográfica, especificamente no município citado, ao mesmo tempo em que buscou apontar, ora mais, ora menos, o início do relacionamento do rio com a emergência de uma vida local. Importa ressaltar que a

---

<sup>2</sup>Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

escolha do município de Taubaté confirma a posição desta cidade na bacia, ou seja, é cortada pelo Paraíba do Sul, além da estratégia desse trabalho de explorar as contradições entre rio, cidade e uso. Um segundo argumento para a escolha de Taubaté está na parte subsequente desse trabalho, pois é na análise das edições do jornal *Diário de Taubaté* que parcialmente esta pesquisa se desenvolveu.

A quarta parte encerra a investigação na imprensa periódica, especificamente nos jornais *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano* e *Diário de Taubaté*, a partir da palavra-chave “rio Paraíba do Sul”. Vislumbraram-se as diferentes representações e citações do rio nos jornais em contextos específicos, e sempre guardando neles interesses singulares em temporalidades e localidades dissemelhantes, respondendo principalmente ao lugar de fala, ou seja, quer seja o estado do Rio de Janeiro ou o estado de São Paulo que, conforme identificado pelo presente trabalho, apresentou historicamente interesses conflitantes nos usos das águas do Paraíba do Sul. Tal investigação permitiu construir ciclos narrativos da relação rio-cidade, ao longo do século XX, utilizando-se da imprensa destacada.

Investigar a natureza dessa relação, inevitavelmente, exige orquestrar um conjunto de questões que podem apontar para um significado mais profundo e próximo da interação rio-sociedade. A introdução dos objetos artificiais (infraestrutura) típicos da modernidade contribuiu para a marginalização do rio enquanto parte integradora da relação social com ele? A urbanização, executada inclusive por e a partir do Paraíba do Sul e de seus afluentes, ao fim e a cabo, corroboraram para que deixe de ser “quintal” e se torne um rio “antissocial”? Existe um processo de esquecimento social do rio Paraíba do Sul? Quais são os impactos causados na sociedade acarretados em função da sua degradação ambiental, que também, em um sentido mais amplo, é uma deterioração econômica e social? Como a imprensa periódica e a História Ambiental contribuem para o desafio de construir e costurar tais respostas?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Essa pesquisa visa demonstrar como a população, as atividades econômicas, o ambientalismo e o conservacionismo, integraram-se com o rio Paraíba do Sul em diferentes períodos históricos e, para além dessa relação íntima, investigar como esta simbiose rio-sociedade foi representada socialmente, especificamente no século XX.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

*Pontuar* o processo de distanciamento da população com o rio Paraíba do Sul, ao mesmo tempo em que ele aprofunda sua imprescindibilidade para as atividades econômicas e produção de energia;

*Relacionar* a introdução de elementos da modernidade com a criação de uma mentalidade que viu e vê o rio como um corpo estático e atrasado;

*Refletir* como o processo de comprometimento ambiental do rio também se traduz em um comprometimento social e econômico;

*Proporcionar* a produção de um conhecimento por e a partir de uma realidade local, tendo como fonte a História Ambiental;

*Buscar* a compreensão das dinâmicas locais, que se mostram cada vez mais regionais e articuladas aos estímulos de natureza global;

*Investigar* nos periódicos selecionados para esse trabalho, as representações e menções ao rio Paraíba do Sul durante o século XX.

## 1.2 Justificativa

O debate contido nessa pesquisa é pertinente, posto que a integração e interação rio-cidade revelam-se cada vez mais divisíveis e frágeis no Brasil. Isso impõe, conseqüentemente, impactos negativos de natureza social, econômica, ambiental, que podem contribuir para um distanciamento social, afetivo e identitário da cidade com o rio, ainda que esse assuma um ganho cada vez maior de essencialidade frente aos elementos da modernidade. Uma determinada sociedade que acaba por marginalizar socialmente seu rio, apropriando-se do mesmo exclusivamente para abastecimento urbano-industrial-agrícola, ou para produção de energia, negando-o como oferta de pertencimento, memória, recreação, religiosidade, acaba por abstraí-lo do jogo social mais amplo, transformando, portanto, uma crise com o rio, em uma crise do rio, ou seja, uma crise ambiental.

Neste sentido, o debate em tela, à luz da História Ambiental, cria possibilidades e janelas de problematização da temática aqui desenvolvida, apontando e diagnosticando os elementos e processos históricos que corroboraram, e ainda o fazem, para a “periferização” relativa do rio Paraíba do Sul. Assim, é possível avançar para uma democratização do espaço, realizável apenas quando todos, igualmente, possam buscar significados a partir da interação, conexão e simbiose com ele. Pensar em um espaço socialmente produzido e ocupado significa incluir de fato os elementos naturais na concepção de cidade.

Investigar por meio da imprensa periódica a inserção do rio Paraíba do Sul entre as cidades por ele cortadas significa aproximar-se do julgamento e sentimento da sociedade no que concerne ao rio, assim como observar os interesses implícitos e explícitos que recaíram sobre ele, mostrando que cada intervalo temporal produziu um significado para determinado elemento natural, no nosso caso o rio Paraíba do Sul. Buscar tais narrativas datadas historicamente possibilita pensar doravante sobre os papéis que atribuiremos a este formoso rio.

Acrescenta-se a considerável emergência em investigar e refletir a temática proposta à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que “são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima

e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”<sup>3</sup>. Do total de dezessete objetivos gerais estabelecidos pela ONU, essa pesquisa aborda: i) ODS 3 – Saúde e bem estar; ii) ODS 6 – Água potável e saneamento; iii) ODS 14 – Vida na água; iv) ODS 15 – Vida terrestre (IPEA, 2018). Evidencia-se, portanto, que o presente trabalho está inserido em um debate de amplitude global, porém que necessita se alimentar de conexões locais e, também, a partir de uma perspectiva histórica.

Dessa forma, toda possibilidade de intervenção em dada realidade deve ser posterior à formulação da crítica, que por sua vez é produto da análise, da metodologia e da pesquisa de modo geral. No caso do Paraíba do Sul, ou de qualquer outro rio, a elaboração de políticas públicas em consonância com a legislação ambiental competente, pode empurrar a sociedade de encontro ao rio. Para tanto, é imprescindível a sistematização das ideias, a compreensão do processo e das contradições inerente ao último, e os limites para a reflexão e concretização de políticas públicas.

### **1.3 Metodologia**

O rio Paraíba do Sul encerra, ao longo de seus 1150 quilômetros de extensão, significados e usos que foram lhe atribuídos em múltiplos contextos históricos e espaciais. Trata-se de um recurso hídrico que integra os três estados de maior peso na economia nacional. Nesta qualidade e magnitude de importância, diante da História, inclusive a Ambiental, cada espaço, em determinado tempo, confere ao Paraíba do Sul um atributo simbólico, social e econômico. Em outras palavras, não somente estes últimos são grampeados junto ao rio. Marcas de degradação, de intensos impactos e de esquecimento estiveram – e estão – nas narrativas e percepções que construíram o rio e sua imagem.

Situar o Paraíba do Sul, no decorrer do século XX e no interior da vida social e econômica, exige um amplo espectro investigativo, aprofundamento e aberturas que podem ser ofertadas por documentos históricos, assim como uma razoável

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 nov. 2022.

pesquisa bibliográfica do assunto em tela. Nesse sentido, como esclarecem Karnal e Tatsch, “o documento é a base para o julgamento histórico” (2009, p. 9). Nessa pesquisa, os documentos históricos a serem analisados e refletidos correspondem à imprensa periódica fluminense e paulista. Ali buscaremos a compreensão sobre a forma como o rio foi representado e interpretado pelos veículos de informação.

Na pesquisa feita por Karnal e Tatsch (2009), os autores discutem a relevância do documento histórico na construção da História e de seus discursos. Não se trata apenas em ter colado uma importância no documento em si, mas compreender que existe um “diálogo claro entre o presente e o documento” (Ibidem, p. 12). Isso significa dizer uma relação de significação do documento a partir do tempo e espaço presentes, que são produtos históricos.

É nessa visão que essa pesquisa atendeu a necessidade de refletir a História Ambiental a partir do município de Taubaté-SP, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e cortado pelo Rio Paraíba do Sul. Não se teve como objetivo revelar e expor a construção de uma cidade, dentre várias outras cortadas pelo rio, mas objetivou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, apontar e discutir a relação, muitas vezes contraditória, entre a cidade em formação e seus elementos naturais, inclusive o rio Paraíba do Sul. Para Gil:

As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a realização de pesquisas, tais como: obras de referências, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e resumo (2008, p. 61).

A vantagem da pesquisa bibliográfica é a abrangência temporal e espacial que a mesma permite. Em tese, seria uma missão impossível fazer-se conhecer *in loco* as diferentes realidades, estudos, experiências e pesquisas das mais diversas localidades em diversos períodos históricos. Para Gil, “qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é um imperativo” (Ibidem, p. 60). Neste sentido, os diferentes saberes já sistematizados sobre a temática que baseia esse trabalho, tornam-se imprescindíveis para compreender o fenômeno pesquisado em sua totalidade.

Nessa pesquisa, os periódicos da imprensa paulista e fluminense, datados no decorrer do século XX, apresentam-se como fonte documental, sendo acessados por meio da Biblioteca Nacional Digital, na plataforma virtual do acervo da Hemeroteca, utilizando como palavra-chave “rio Paraíba do Sul”. A relevância dos documentos em massa é evidenciada, uma vez que “possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico. Neste último caso, com eficiência provavelmente maior [...]” (GIL, p. 151). Com a análise dos dados, via documentos históricos (imprensa periódica), criam-se as condições de formatação e organização do século XX em ciclos narrativos que, por sua vez, fornecem pistas dos múltiplos modos e intensidades da relação rio-cidade.

Considerada por Gil (2008) como uma fonte de dados indireta, uma vez que são encontrados em revistas, jornais, filmes, fotos, papéis oficiais, entre outros, apesar de também serem referentes às pessoas, as fontes documentais:

São capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade o suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas (Ibidem, p. 147).

De Luca (2006), em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, reconhece o pouco uso, até os anos de 1970, de jornais e revistas como fonte de conhecimento da história no Brasil e no mundo. Esses meios de informação tidos como “enciclopédias do cotidiano”, segundo a autora, vão “percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico [...]” (Ibidem, p. 112). Claramente, a emergência da imprensa como fonte histórica acontece dentro da “renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos das disciplinas” (Ibidem). Alerta a autora que a pesquisa a partir dos periódicos não pode ter como partida a seleção isolada de artigos desconsiderando-os do conjunto da totalidade, apontando para:

Um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas

antes prescreve a análise circunstanciada do lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (Ibidem, p. 141).

Cruz e Peixoto (2007) também compartilham dessa abordagem do lugar da imprensa no tempo e no espaço. Para elas, é questão de:

Entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (Ibidem, p. 258).

Cordeiro (2019) considera o jornal como agente político. Para ela, não se trata de considerar o periódico como fonte imparcial e neutra, com o objetivo de apenas reproduzir fatos. Todo jornal, com suas respectivas intencionalidades, trabalha com notícias, portanto trata-se do fato incorporado pelo humor, crença, ideologia, visão política de quem a produz. Essa subjetividade, portanto, como afirma a autora, foi obstáculo e argumento de resistência para ter nos periódicos uma fonte histórica. Nesse sentido, a fonte, diálogo do observador com o observado, ocorre não somente com a escrita, ou seja, o intercâmbio considera as ideias, os discursos, os interesses, o momento político em que esses documentos estão inseridos.

Possuindo a capacidade de testemunhar, registrar e veicular fatos do cotidiano, os periódicos interferem em diversos setores da sociedade, articulam e disseminam valores, ideias, referências e tornam-se assim, fontes de informações ricas para os mais diversos estudos (CORDEIRO, p. 18).

Portanto, nessa pesquisa reconhece-se o jornal como uma fonte, ou um lugar, de uma dada representação da realidade, contaminada por toda a crença daqueles que possuem a caneta na mão. Assim, busca-se aqui não apreender a realidade tal como ela foi, no contexto mais imparcial. O objetivo concentra-se, justamente, em analisar a construção de uma realidade narrada na qual o rio Paraíba do Sul é

elemento central. Essa ideia justifica a escolha de dois jornais de estados diferentes, no limite conflitantes, uma vez que esses jornais podem representar interesses antagônicos no tocante ao Paraíba do Sul.

Conforme Karnal e Tatsch, “o método histórico aproxima-se muito do método de um detetive ou de um médico que, à força de esforços titânicos, deve extrair coisas que só aparecem de forma indireta” (2009, p. 17). Antes disso, reconhece e define-se o documento histórico a ser explorado, pois “um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época” (Ibidem, p. 21).

Para cumprir tal desafio, em relação aos documentos selecionados, articulam-se determinadas categorias analíticas, que auxiliam na tarefa de não apenas indicar como se faz a pesquisa, mas, sobretudo, de como pensá-la. Abordar o Paraíba do Sul denota uma relação que considera múltiplos aspectos, tais como: i) religiosidade; ii) questão energética; iii) crise hídrica; iv) questão ambiental; v) abastecimento urbano; vi) integração regional. É por meio de tais aspectos que esse trabalho busca interpretar e categorizar as narrativas e ideias contidas nos periódicos.

Para tanto, foram selecionados três jornais: um fluminense, *Correio da Manhã*, e dois paulistas, o *Correio Paulistano*, e por fim, um jornal de amplitude local, o *Diário de Taubaté*. A escolha desses jornais revela a necessidade de conhecer as diferentes narrativas construídas a partir do rio pelas maiores economias estaduais do Brasil, assim como também pelo fato de serem unidades da federação que disputam a hegemonia sobre as águas do Paraíba do Sul.

Importante ressaltar que a escolha dos jornais *Correio da Manhã* e *Correio Paulistano* obedeceu a uma simples regra de estatística. Tratou-se dos jornais de maior circulação e que mais resultaram em notícias, editoriais e ocorrências com a introdução da palavra-chave “Rio Paraíba do Sul” na plataforma virtual da Hemeroteca, da Biblioteca Nacional Digital. A seleção das ocorrências obedeceu a uma sequência cronológica, década por década do século XX, até nos anos de 1970.

Em relação ao jornal *Diário de Taubaté*, de circulação mais restrita, reconhece-se a necessidade de explorar a relação entre o local e o global, o micro e

o macro, os pontos com as suas redes. Nesse sentido, conforme Santos, “podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares” (2006, p. 270), que complementa citando F. Braudel, “todos esses ciclos são contemporâneos e sincronizados; eles coexistem, estão misturados e somam ou subtraem seus movimentos diante das oscilações do conjunto” (1979, p. 57). Para a análise dessa relação em conjunto, do diálogo de Taubaté com narrativas e discursos que transbordavam os limites municipais, definiu-se o intervalo entre 1975 e 1980 para investigação.

Diferentemente dos jornais *Correio da Manhã* e *Correio Paulistano*, o *Diário de Taubaté*, fundado em 1895, não se encontra digitalizado. Foi um forte produtor e condicionador da opinião pública da sociedade taubateana em um contexto de intensas revoluções de natureza demográfica, econômica, política e social. Afirmada tal importância, as edições deste jornal, de 1896 a 2018, encontram-se na Hemeroteca “Antônio Mello Junior”, na Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté-SP, órgão vinculado à prefeitura municipal, onde se buscou referências diretas e indiretas em relação ao rio Paraíba do Sul.

É impreciso apontar o ano de fundação do jornal *Correio Paulistano*, mas pode-se dizer que duas fases são marcantes para definir o início das atividades deste jornal no século XIX. A primeira estabelece em 1831 o ano das atividades iniciais do jornal, ainda que tenha sido pelo breve período de um ano. Nesse sentido, é a partir da segunda fase, em 1854, que o jornal assume vida de forma continuada até 1963.

O periódico correspondeu ao primeiro diário de grande circulação em São Paulo e o terceiro maior no Brasil, e surge em um momento de formação de um novo tipo de sociedade. Como testemunha ocular, presenciou o fim do regime monárquico e a abolição da escravatura, assumindo lados e vertentes convenientes ao próprio interesse como corpo corporativo, e atendendo as ideais de grupos dominantes, ainda que se declarasse não atrelado a nenhum partido (OLIVEIRA, 2012). Neste sentido é impreciso definir uma corrente de pensamento hegemônica e permanente do jornal, uma vez que tal posicionamento político era líquido. Conforme lembra essa última autora, “o jornal era o meio pelo qual a oligarquia paulista divulgava seus ideais” (Ibidem, p. 118).

A importância e o número de tiragens deste jornal aumentavam na mesma proporção do desenvolvimento industrial da província, tendo seus exemplares com circulação em todas as tardes, exceto nos dias de guarda conforme estabelecia a Igreja Católica. Nas primeiras tiragens discutiam-se assuntos relacionados à corte, às províncias e ao cotidiano do interior de São Paulo. Segundo Oliveira:

O jornal era composto de três folhas grandes, cujo manuseio era trabalhoso. Quanto à diagramação, o primeiro exemplar exibia cabeçalho separado por linhas. Na primeira página, o leitor lia, centralizado, o nome do jornal. Com o objetivo de situar o leitor no tempo e no espaço, foram disponibilizados à direita informações sobre a cidade, o ano de publicação e o número, e à esquerda, o dia de semana, o mês e o ano. Na segunda linha, lia-se informações sobre preços e o dia de circulação do jornal. Também era informado que os assinantes que quisessem publicar, teriam isenção de tarifas, desde que não excedessem a dez linhas (2012, p.115).

Fundado em 1901, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal e município de maior relevância no conjunto da nação para a época, o jornal *Correio da Manhã*, segundo Cordeiro, esteve inserido em um contexto em que:

Anunciado aos gritos por pequenos jornaleiros e vendido nos bondes, trens, bares, restaurantes, ruas e bancas, o *Correio da Manhã* tornou-se, junto com o *Jornal do Brasil*, o mais popular nos vinte primeiros anos do século XX. Surgiu herdando características da *Gazeta de Notícias* em sua formação textual, valorizando a informação em detrimento da opinião. Logo de início, temas como notícias policiais, o cotidiano dos grupos populares, as entrevistas, reportagens e as crônicas ganharam lugar de importante destaque (2019, p. 25).

Este último autor afirma que o jornal tinha como critério priorizar temas relacionados à economia, política e literatura, merecendo, portanto, destaque especial na primeira coluna da primeira página configurada na forma de um artigo opinativo. Em termos políticos, no contexto das primeiras décadas do século XX, era tido como de oposição moderada. Utilizando muitas vezes do sensacionalismo, o jornal destacava seções com entrevistas e reportagens objetivando chamar a atenção e curiosidade do leitor. Isso reforça a ideia que o “*Correio da Manhã* foi pensado e criado com estratégias administrativas, editoriais e redacionais que conseguiram promover um *status* de jornal popular” (CORDEIRO, 2019, p. 26). Essa

popularidade era garantida, também, pelo fato de ser um dos jornais mais baratos da cidade.

Diante desta estrutura que compunha o jornal, informação relacionada ao caráter opinativo, ele condicionava entre os leitores e munícipes a pauta do dia, aquilo que mereça ou deseja-se que seja debatido pelo corpo social. Isso era possível uma vez que o conteúdo do jornal esteve permeado pelo próprio cotidiano da cidade, permitindo, desse modo, um diálogo permanente entre o periódico e seus leitores. Importa lembrar que não era restrito apenas na cidade do Rio de Janeiro, atendeu também outros estados e que em 1974 teve oficialmente suas atividades encerradas.

A análise temporal dos periódicos foi definida tendo o século XX como referência, mais cirurgicamente até os anos de 1970, no caso dos jornais *Correio da Manhã* e *Correio Paulistano*, década na qual ambos não se encontravam mais em circulação. Já o *Diário de Taubaté* estipulou-se o intervalo entre 1975 a 1980. Foi no século XX que o território brasileiro sofreu fortes processos de modernização e transformação, resultando, portanto, em dinâmicas e movimentações que impactaram a urbanidade, a ruralidade, as múltiplas dimensões da economia e da política. Como será dissertado posteriormente, o município de Taubaté protagonizou e acompanhou a marcha dessa transformação e inserção na modernidade. Do café à industrialização, do rural ao urbano, Taubaté dialogou e se apropriou do seu território e dos elementos naturais que nele estiveram contidos de complexas e múltiplas formas. A questão que se apresenta com natureza imperativa é o lugar do rio Paraíba do Sul vis-à-vis ao processo de inserção regional na modernidade.

Destaca-se que os editoriais, notícias e recortes selecionados dos periódicos não necessariamente correspondem em uma relação direta do Paraíba do Sul com o município de Taubaté, ainda que esse município ganhe destaque no momento da seleção do jornal *Diário de Taubaté* e, também, da dissertação da relação entre a sociedade taubateana e o seu território. Assim, a pesquisa bibliográfica é pivô para compreender o município no desenrolar da história dos últimos séculos, e ao mesmo tempo denunciar por meio das fontes citadas a dança que o Paraíba do Sul foi executando a partir de sua relação com o território, uma vez que entende-se a unidade, ora solidária, ora contraditória, entre o rio e a cidade.

Observa-se, portanto, que embora tenha-se o século XX como temporalidade estabelecida nos periódicos, parcialmente em função das transformações que o território testemunhou e protagonizou, é de se reconhecer que aquele século também foi produto histórico de outras complexidades, dinâmicas e intervenções, e buscamos refleti-las nesse trabalho. Logo, se por um lado procurou-se considerar a História Ambiental regional, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, por outro examina a imprensa para referenciar o olhar de cada lapso temporal sobre o rio Paraíba do Sul, ou sobre aquilo que sobrou dele.

Para subsidiar a reflexão do lugar e os discursos, a partir da imprensa, sobre o rio diante os ciclos modernizantes, tem-se como sustentáculo conceitual, naquilo que se refere ao tempo-espaço, a categoria de análise proposta por Santos (2006). Nesse sentido, essa pesquisa se inspira no trabalho empreendido por Luciano Mouassab Chalita (2017), intitulado de *Urbanização, paisagem e ambiente construído: ocupação e produção do espaço sobre as bacias hidrográficas em Taubaté, SP*, para se apropriar do método de Milton Santos na categorização das dinâmicas do espaço-tempo.

Chalita (2017) mostrou, a partir do município de Taubaté, que cada período histórico pode ser qualificado em função das técnicas que o Homem detém para, a partir delas, intervir sistematicamente no espaço. Desse modo, “podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três partes: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006, p. 234).

O período compreendido como meio natural, no caso brasileiro, “é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos” (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 27). Corresponde, por conseguinte, ao meio natural que o Homem selecionava para a sua morada, porém sem grandes transformações, e quando a natureza era, de alguma maneira, modificada ou trabalhada, a própria era autônoma, objetivando sua regeneração. As técnicas existentes eram de origem menos complexas, compreendidas essencialmente pelas ações humanas, quer dizer pelos corpos se relacionando de modo subordinado e adaptativo aos imperativos e condicionantes

ofertados pelas leis do meio ambiente. Significa dizer, portanto, que se por um lado tinha-se o território como abrigo e recurso, por outro, devido às técnicas de menor complexidade, a conservação e restauração da natureza marcavam essencialmente este período.

Nesta perspectiva é autorizado refletir regionalmente a partir do Paraíba do Sul o meio natural como categoria de análise do espaço-tempo. Trata-se da hegemonia da floresta tropical, a saber, a Mata Atlântica, na condução da vida. Encerra-se o período que as formas de organizações sociais e econômicas conviviam e se alimentavam da natureza concomitante ao aceite das primeiras em ser limitada e controlada pelas forças da natureza. Não queremos dizer que a floresta era intocada, mas que a lógica constituinte era se apropriar parcialmente dos elementos naturais reconhecendo a fragilidade e escassez de técnicas que pudessem domesticar os mandos naturais. O território é um contínuo como forma e paisagem. O Paraíba do Sul, nessa continuação, portava e se caracterizava como agente disciplinador da vida social, algo que vai se perdendo com a paulatina introdução do meio técnico.

Afirmam Santos e Silveira que “o período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado” (2012, p.31), ou seja, é o momento do processo em que os elementos naturais coexistem com os elementos artificiais introduzidos pelas novas demandas econômicas e sociais. Concerne uma nova lógica territorial que desafia as lógicas imperativas e inflexíveis da natureza. Assim, conforme Santos, “os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *lócus* de ações ‘superiores’, graças à superposição triunfante às forças naturais” (SANTOS, 2006, p. 237). Logo, não significa mais ter na técnica simplesmente a corporeidade da ação humana e sim o prolongamento do território com verdadeiras próteses (Ibidem).

Para o território brasileiro, a transição do meio natural para o meio técnico difundia-se desigualmente. Concorde-se com Santos e Silveira (2012) ao referenciar o território nacional como um grande arquipélago de mecanização incompleta e, segundo os autores, o espaço nacional respondia aos comandos da economia internacional, daí a expressão do território brasileiro ser formado por um conjunto de “penínsulas” da Europa (Ibidem, p. 32). Inserindo e configurando tal desigualdade, o progresso técnico cria uma nova geografia de hegemonia relativa dos sistemas

técnicos que qualificavam o período. Desse modo, explicam os mesmos pesquisadores:

A partir da segunda metade do século XIX, a produção (é o caso do açúcar) e, depois, o território se mecanizam, mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro. As técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território (Ibidem, p. 35).

Reconhece-se neste ponto do processo a emergência de elementos modernizantes acoplados às novas lógicas produtivas. Engenhos de açúcar que precederam o período cafeeiro se fizeram presentes na região valeparaibana. Como mostrado em outras partes desse trabalho, a segunda metade do século do XIX foi inventariada com verdadeiros saltos técnicos, como, por exemplo, a estrada de ferro Central do Brasil, construída em 1875, ou como a Companhia de Bonde a Vapor fundada em 1880, ligando Taubaté a Tremembé. Tais elementos podem denotar um estopim no processo de marginalização e domesticação do Rio Paraíba do Sul.

O terceiro período, técnico-científico-informacional, aberto no contexto pós Segunda Guerra Mundial nos países mais desenvolvidos, e a partir dos anos de 1970 nos países periféricos, consiste na era presidida pela interatividade da ciência com a técnica, que “vai dar-se sob a égide do mercado” (SANTOS, 2006, p. 238). Em outras palavras, “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (Ibidem, p. 239). O território é equipado para subsidiar o mercado global, seja pelos objetos técnicos dos transportes, ou pelas novas técnicas das telecomunicações. A informação, atributo essencial deste período, necessita ser circulada via novos objetos técnicos acoplados no território. Uma densa camada de tecnicidade e cientificidade se sobrepõe ao meio técnico.

Diante da categorização formulada pelo geógrafo e professor Milton Santos, observa-se e destaca-se o diálogo com a perspectiva deste trabalho. O meio natural no qual essa pesquisa buscou se pautar participa efetivamente da transição para os períodos subsequentes, a saber, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Pontua-se que a reflexão sobre os periódicos aqui já citados, compreende, em nosso caso, ao progresso e introdução do meio técnico e, mais tarde, do meio técnico-científico-informacional. Busca-se, portanto, apontar se há um

novo significado para o Paraíba do Sul que outrora, no meio natural, desconhecia qualquer forma de constrangimento.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 História ambiental: passado, presente, desafios**

Em *As bases teóricas da história ambiental*, Pádua (2010) objetiva dialogar e refletir sobre as estruturas que sustentam o fazer da História Ambiental enquanto área do saber interdisciplinar, revelando-se como uma prática da Ciência Social. Para este autor, confirmado por Worster (1991), a História Ambiental como conjunto sistematizado de conceitos, metodologia e dinâmica própria, emerge a partir dos anos de 1970, momento que a luz da crise ambiental assumiu proporção global e, por conseguinte, deram-se início as conferências ambientais de amplitudes internacionais (SOUZA, 2013). Para Oliveira,

Trata-se de um campo relativamente novo do conhecimento, surgido na década de 1970, simultaneamente ao início dos movimentos ambientalistas e das conferências mundiais sobre a crise ambiental (2007, p. 12).

Pott e Estrela (2017) confirmam a relevância dos anos finais de 1960 e os anos de 1970 como estratégicos para pensar a ruptura de percepção sobre as temáticas ambientais. Essas autoras não buscaram relatar a História Ambiental em seu sentido mais amplo. Tratou-se de apresentar a história das principais políticas públicas no tocante à questão ambiental no Brasil e no mundo. Neste sentido, afirmam as autoras que “em 1972 é que o cenário ambiental mundial de fato tomou novos rumos” (2017, p. 278). Concluem as autoras que:

Quando se estuda a história das políticas públicas ambientais no mundo, nota-se um padrão: grandes desastres ambientais com consequentes contaminações ambientais atingindo centenas de pessoas, antecedem a mobilização da sociedade e tomadas de decisão, ou seja, primeiro têm-se descaracterização de ambientes e perdas de vidas humanas e depois de

um período de tempo, por vezes anos, chegam as soluções. Uma característica fundamental do estilo de vida da humanidade sempre se deu sobre o enfoque da remediação, ao invés da prevenção. Graças à ascensão das Políticas Ambientais, esse paradigma começa a tomar rumos de mudança (2017, p. 278).

Observa-se, portanto, uma convergência de momentos. Se por um lado a História Ambiental, enquanto área do saber, floresce a partir dos anos de 1970, as múltiplas e dispersas preocupações ambientais começam a se avolumar no período em tela. Nesse sentido, é perceptível o imperativo da prática da História Ambiental no ponto de inflexão do olhar do mundo para com as questões do relacionamento da sociedade e do seu modelo de produção com os elementos e dinâmicas da natureza.

É preciso ressaltar, uma vez citada a ideia de modelo de produção hegemônico e questões ambientais, a convergência temporal da ascensão da ideologia neoliberal e da agenda ambiental que pautou a discussão ecológica das últimas décadas (RIBEIRO, 2012). Ambas encontram na década de 1970 o seu ninho. Para Souza (2013), a primavera da agenda ambiental coincidiu com a necessidade de reciclagem das relações capitalistas de produção.

Logo, confia-se, também, à História Ambiental, por conseguinte, o papel de desmistificar e expor as contradições da atual racionalidade ambiental. Em um olhar contemporâneo dos rumos das relações entre sociedade e natureza, conforme Ribeiro (2012, p. 218), trata-se de compreender, primeiramente, que “a ideologia neoliberal condiciona à maior devastação ambiental da história recente”. Refletir a partir da História Ambiental é buscar nos elementos e processos da interdisciplinaridade a derrubada da cortina que impede uma reflexão e proposição mais consistente sobre o movimento contraditório e solidário Homem-natureza. Para este último autor, ocorre um sequestro da agenda ambiental pela globalização neoliberal, assim, o mesmo diz que “o discurso ambiental é, portanto, matriz estratégica atual do livre-mercado” (RIBEIRO, 2012, p. 223).

No Brasil, conforme explicita José Augusto Drummond (1991), a História Ambiental nos anos de 1990 foi “para nós ainda ‘estrangeira’” (Ibidem, p. 177). Segundo o autor, não havia na literatura brasileira até então autores que autêntico e

genuinamente discursavam a partir dos parâmetros da História Ambiental. Claro, diz o pesquisador que “no Brasil tivemos e temos historiadores, cientistas sociais e ensaístas sensíveis às relações históricas entre sociedade e meio natural” (Ibidem, p. 193). Isso significa dizer que houve, antes dos anos de 1990, década da qual datamos o lugar de fala do autor, trabalhos que, em alguma medida, combinavam os elementos naturais com as dinâmicas sociais.

É nesse mesmo trabalho que Drummond (1991) narra o contexto de encontro das ciências naturais com as sociais, posto que “o tempo da ‘história natural’ e os próprios fatos naturais não se misturavam com o tempo da ‘história social’ e com os fatos sociais” (Ibidem, p. 180). Com os avanços das Ciências Naturais ao longo do século XIX, abrindo uma nova dimensão sobre o tempo, extrapolando os limites do tempo histórico para a imensidão do tempo geológico, paulatinamente as Ciências Sociais foram convidadas para “colocar a sociedade na natureza” (Ibidem, p. 181). Em tom de apelo, Drummond diz que sua “ambição maior é convencer alguns historiadores e outros cientistas sociais a incorporar variáveis ambientais aos seus estudos sobre a sociedade humana” (Ibidem, p. 177). A dimensão da totalidade em movimento não é possível de apreender a partir de uma lente específica do saber. A convergência em tom interdisciplinar é o instrumento que confere autoridade para a compreensão das dinâmicas em sua totalidade.

Neste sentido, Santos (2006) corrobora quando atesta:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (Ibidem, p. 63).

Desse modo, se o espaço é um conjunto de objetos e ações, não se pode processar um estudo divisível do sistema de objetos (naturais ou não) em relação ao sistema de ações, ou seja, a História Natural é apreendida a partir de uma totalidade que considera o agir sobre ela. Nesse sentido, ela foi também fruto do contexto no qual “as disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Admitindo a década de 1970 como desabrochar da História Ambiental enquanto método sistematizado de interpretação da indissociabilidade entre processo histórico e temáticas ambientais, é importante ressaltar que a preocupação intelectual e acadêmica já se projetava desde o fim do século XVIII na Europa (PÁDUA, 2010). A novidade impressa nos anos de 1970 esteve ancorada na globalização enquanto difusora sem precedentes da informação. Aqui entendemos o processo de internacionalização e mundialização como instrumentos por excelência de compressão do tempo e do espaço, logo se conclui que ainda que as condições objetivas do mundo apresentavam-se como continuidade histórica, é a nova percepção e múltiplas subjetividades que qualificam esse momento. Não se trata mais de problemáticas ambientais de amplitude reduzida e contida no local. Agora a questão ambiental se internacionalizou, não podendo mais ser pensada desconsiderando os aspectos globais. Assim, conforme Pádua (2010, p. 82), “a discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização”.

Como área do saber interdisciplinar, a História Ambiental corresponde à ampla e inescapável necessidade de pensar globalmente, permeando e costurando os saberes que, direta ou indiretamente, corroboram para a compreensão da totalidade. Ou seja, se a realidade da História Ambiental é, por natureza, interdisciplinar, espera-se que o olhar sobre ela também o seja. Para além da temática e estudo ambiental, “para refletir sobre a gênese e evolução desse campo do conhecimento, é preciso levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos” (PÁDUA, 2010, p. 81). Para Oliveira:

O estudo da História Ambiental, feito com o ferramental metodológico da História, da Ecologia e da Geografia, representa uma alternativa para a análise integrada dos ecossistemas, que abarca tanto a sua dimensão humana (a história das populações que com ele interagiram), como seus atributos físicos e biológicos (sua composição, estrutura e funcionalidade)(2007, p. 12).

Para Jorge e Raffaini (2019, p. 1) “a História Ambiental busca documentar e compreender a relação sociedade-natureza ao longo do tempo, a partir da problemática ambiental contemporânea”. Nesse sentido, não se reduz em confirmar

o passado dos recursos naturais. Ela surge com o objetivo de auxiliar na superação do debate iniciado na década de 1970, marcado pelo dilema do desenvolvimento econômico e preservação da natureza, que dentro dessa tipologia era tido como intelectualmente reduzido. Para esses autores, portanto, a História Ambiental incorpora a corrente que vocalizava:

Pensar novas formas de organização social que propiciassem um relacionamento mais harmonioso entre sociedade e natureza impunha-se como um dos grandes desafios do século (2019, p. 3).

Dentro de uma perspectiva dialética da História Ambiental, Worster (1991, p. 200) investiga “como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”. No fundo o que esse autor sugere é que uma crise urbana, social ou econômica, resultará em crise ambiental. O inverso também é perfeitamente possível. No nosso caso, a crise da cidade é a crise do rio, e a crise do rio é a crise da cidade. Completa o autor dizendo que “em termos bem simples, portanto, a História Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (ibidem, p. 201). Nesse segmento, pontua Oliveira (2007, p. 13) que “a cada uso superposto no tempo podem ser esperados distintas resultantes ecológicas, de acordo com a forma de transformação imposta pela implantação de cada território”. Essa dinâmica é a matéria prima da História Ambiental.

É nessa linha que Paulo Henrique Martinez, ao escrever o prefácio da instigante obra *Tietê, o rio que a cidade perdeu*, de Janes Jorge (2006), reflete a potencialidade da História Ambiental em desbravar o íntimo de uma sociedade. Diz Martinez neste prefácio que “este livro permite visualizar, com clareza, como o estudo do meio ambiente pelos historiadores constitui um objeto extremamente fecundo para a percepção e a compreensão da sociedade brasileira” (JORGE, 2006, p. 8). Ao fim e ao cabo, a História Ambiental permite descortinar novas dimensões e telas que insistem em permanecer discretas e, a princípio, indecifráveis.

Pádua (2010) colabora com a perspectiva dialética a partir da História Ambiental, diminuindo ou eliminando qualquer interpretação que beire o determinismo geográfico. Não é o caso de atribuir aos elementos e dinâmicas da

natureza as condicionantes sociais, ainda que em alguma medida seja razoável tal afirmação. Trata-se de um jogo mais amplo no qual a origem da relação sociedade-natureza é posta com desafios conceituais e epistemológicos para sua compreensão. Neste sentido, o autor expressa que:

A História Ambiental, de toda maneira, até pelo próprio fato de ser “ambiental”, não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas (Ibidem, p. 96).

É a partir da contradição em movimento que as perguntas do presente miram o passado pretendendo interpretar não os episódios que, em alguma medida, marcaram a interação da sociedade com a natureza. O objetivo proposto é dinamizar o olhar e buscar compreender tal relação como processo histórico amplo, munido de contradições e qualidades que darão singularidade às partes, sem deixar de conferir um caráter sistêmico ao objeto da História Ambiental. É neste sentido que Pádua (2010, p. 89) caminha ao dizer que “as formações da natureza estão sendo entendidas como configurações momentâneas de uma história de mudanças ao longo do tempo, cujo destino final é desconhecido”.

Em sua obra *Expulsões*, Sassen (2016) resgata e reflete sobre as tendências sistêmicas que dão tonalidade aos acontecimentos de escala local ou nacional. Para a autora, existem estruturas globais tendenciosas que dentro do jogo dialético empurram os processos para um dado sentido. Tendências de natureza econômica que, obrigatoriamente, dado a natureza do atual modo de produção, traduzem-se em problemáticas ambientais. A pesquisadora defende ainda a hipótese que “debaixo das características específicas das diversas crises globais existem tendências sistêmicas emergentes conformadas por algumas poucas dinâmicas básicas” (Ibidem, p. 15). Ainda que Sassen reflita a partir da Economia Política, é importante mencionar que essa é inseparável das dinâmicas ambientais, uma vez que o conjunto que qualifica as relações de produção e circulação é indivisível. Dessa forma, a História Ambiental compreende a pontualidade de sua prática sem desvencilhar das tendências sistêmicas de amplitude global que tomam formas mais nítidas a partir da década de 1970. Isso significa dizer que há existências de motores universais que se expressam diferentemente em cada lugar.

Logo, compreende-se que a “História Ambiental revela ligação também com a História Regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos” (DRUMMOND, 1991, p. 182). Desse modo, impõe-se o desafio de constatar e compreender no lugar enquanto recorte espacial do trabalho a simbiose das dinâmicas naturais e sociais endógenas, assim como os vetores exógenos que recaem e influenciam aquele lugar configurado hoje como globalizado, portanto conectado em rede com o mundo.

Arruda (2008) chama atenção para a posição em que os rios estão inseridos no contexto de natureza, além de buscar alertar para um possível emagrecimento e, por conseguinte, esquecimento dos rios. Para este pesquisador “a floresta tem se tornado sinônimo de natureza” (2008, p. 11). Deste modo, no que toca à negação dos recursos hídricos, o autor adverte e conclui que aquilo que vê “não são os rios, mas suas funções”. Nega-lo no sentido de uma peça indispensável do conjunto da natureza significa abstraí-lo, afastá-lo do relacionamento com a sociedade, logo, no limite, é plausível afirmar a existência de ligação entre as águas e a vida social local. Portanto, “os rios contêm parte dessa antiga história das relações entre os homens e o natural” (2008, p. 10). Por este ângulo, a História Ambiental dos recursos hídricos torna-se relevante pois:

Neste momento, no qual a “questão ecológica” torna-se o grande desafio do século XXI, pensar com temos nos relacionado com os rios pode ajudar a demonstrar as formas de apropriação da natureza pela sociedade brasileira que levaram ao atual ritmo de degradação ambiental (2008, p. 11).

Pensar a história das águas urbanas, mergulhada nas contradições desta com a ação humana, impõe visões e projeções para um futuro inescapável e possível dos rios dentro das relações sociais e econômicas. Não se trata de clarear aquilo que está por vir amparando na lupa do presente, é mais do que isso. Corresponde, na verdade, em ter na História Ambiental o método. Vai além de como fazer o futuro ambiental, trata-se de como pensá-lo.

## 2.2 A interação rio-cidade no contexto da História Ambiental

O desafio em pensar o Paraíba do Sul apresenta-se primeiramente no etmo da palavra. A versão mais aceita considera o tupi p'ara, "rio", e o tupi a'iba, "ruim", ou seja, intrafegável navegação. Não se trata, como quer Santos (1962), de uma exclusividade do rio em tela. Um aspecto expressivo da hidrografia brasileira é a predominância de rios de planalto, que para a autora significa que "quanto a navegabilidade, esses rios, dado o seu perfil não regularizado, não são totalmente favoráveis [...]" (Ibidem, p. 339). No caso o Paraíba do Sul, faz parte do conjunto de rios de planalto que compõem a rede hidrográfica brasileira.

A bacia hidrográfica desse rio, localizada na região Sudeste, possui uma área total de aproximadamente 55 500 km<sup>2</sup>, distribuída territorialmente com 13 900 km<sup>2</sup> no estado de São Paulo, 20 900 km<sup>2</sup> no estado do Rio de Janeiro, e 20 700 km<sup>2</sup> no estado de Minas Gerais. Corresponde a 0,7% da área total do Brasil. Integra 180 municípios, sendo 88 em Minas Gerais, 53 no Rio de Janeiro e 39 em São Paulo. Portanto, aproximadamente 14,2 milhões de habitantes são abastecidos com as águas do rio Paraíba do Sul (COELHO, 2012).

O rio é um dos principais recursos hídricos brasileiros, das nascentes à foz percorre costurando e integrando uma das regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do país. Do "O Brasil é o Vale" aos importantes centros de tecnologia, a chamada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), criada em 2012, teve o Paraíba do Sul como testemunha do seu crescimento e desenvolvimento de um espaço que, primeiramente, pós colonização, foi suporte para a mineração de Minas Gerais, posteriormente recebendo e reproduzindo o ciclo do café, seguindo, mais tarde, para a industrialização (DEVIDE *et al.*, 2014).

O rio Paraíba do Sul, que inclusive cedeu o nome para a região em destaque, foi testemunha ocular de todo o processo de "modernização" da bacia hidrográfica que o contém. É claro que para diferentes períodos históricos, inclusive daqueles presentes no século XX, usos e apropriações diversos foram feitos a partir do rio. Por outro lado, distintos usos foram realizados sobre a cidade pelo rio, ou seja, é o rio que fala, que interage e troca com a sociedade que o liberta ou que o reprime.

Cardoso (2017), em *O rio é nosso quintal: as encruzilhadas de uma comunidade ribeirinha urbana*, mostra a simbiose de uma população ribeirinha localizada no município de São José dos Campos - SP com o rio Paraíba do Sul. Interessante observar, como mostra a autora, a forte conexão de dependência que esses ribeirinhos tinham em relação ao rio no imediato surgimento da comunidade, na década de 1950. Com a introdução dos objetos da modernidade (como infraestrutura ou carros) a comunidade vai paulatinamente se afastando do rio, ainda que geometricamente permaneça próximo.

Essa mesma autora, ao discutir mais do que a relação simbólica dos ribeirinhos com o rio, verifica também a objetividade do Paraíba do Sul, que vem sofrendo ao longo das últimas décadas um forte processo de degradação e poluição, resultante de atividades urbanas, industriais e agrícolas. A pesca, importante atividade da comunidade, é rapidamente impactada e, por conseguinte, reduzido o volume de peixe ofertado pelo rio. Com isso os ribeirinhos são condicionados a buscar os caminhos e possibilidades de sua reprodução em outras espacialidades, agora o fará motorizado, marginalizando o rio como possível meio de transporte. Percebe-se, portanto, a dialética de fala e resposta funcionalizando a relação rio-cidade.

A interatividade também se expressa no mando do rio na estruturação e produção do espaço urbano. A criação da materialidade de uma cidade, segundo uma perspectiva histórica, é alimentada pelas condições que os corpos hídricos podem oferecer naquele momento. Faria e Junior (2017), em *Rio e História Urbana: o papel do rio Paraíba do Sul na criação e desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes [RJ]*, apontam a relevância e essencialidade do Paraíba do Sul no desenvolvimento do município de Campos de Goytacazes –RJ. Para eles “os rios urbanos desempenham um papel significativamente na configuração histórica e geográfica das cidades que atravessam, pois desde os primórdios das civilizações eram estratégicos para aquisição de recursos e meios de circulação” (2017, p. 104).

Esses autores, ao discutirem a centralidade e robusta participação do rio na elaboração dos primeiros desenhos urbanos do município estudado por eles, reconhecem a condição do rio como sujeito da história. Assim, dizem que:

Os rios ocuparam desse modo, um lugar fundamental no processo de dominação, pois além de servirem à navegação, eram fontes de vida e riqueza. Fornecem água potável e fertilizam o solo para cultivo de alimentos e de produtos comercializáveis. Em suma, podemos afirmar que os principais centros urbanos brasileiros têm forte relação, inclusive vital, com o elemento hídrico (2017, p. 105).

Creio que os autores lançaram mão do verbo ocuparam, logo no passado, pois também identificam um processo de marginalização e afastamento do rio da vida social e, de modo geral, da cidade. Essa constatação corrobora com a afirmação dos autores sobre a temática:

Mas o rio Paraíba do Sul deixou de ser o “caminho líquido para o mar”, conforme descreveu Lamengo. O processo crescente e desordenado de urbanização pelo qual várias cidades brasileiras vêm passando, os rios se tornam cada vez mais negligenciados, sendo alvo de descaso e poluição. As suas orlas, muitas vezes, não são valorizadas como espaço público e recurso paisagístico. Tal como assistimos acontecer com o rio Paraíba do Sul, em Campos dos Goytacazes que merece, pelo seu lugar preponderante na história do município e sua região de influência, ser destacado não somente como um patrimônio ambiental, mas, sobretudo cultural (2017, p. 114).

Chalita (2017) mostra, dentro de uma perspectiva histórica, o relacionamento dos recursos hídricos com a urbanização do município de Taubaté-SP. Diferentemente do município de Campos dos Goytacazes, Taubaté, segunda maior cidade do Vale do Paraíba Paulista, e um dos escopos de estudo deste projeto de pesquisa, não tem sua centralidade urbana cortada pelo Paraíba do Sul, ou seja, neste município o rio corta uma de suas bordas. No entanto, os primeiros polos de povoamento se deram nas limitações de córregos intraurbanos que deságuam no Paraíba do Sul. Sobre isso, diz autor que:

A ocupação inicial de Taubaté se deu a partir de um quadrilátero de ruas implantado em sítio plano e alto em área próxima e delimitada por dois cursos d'água, o córrego do Convento Velho e seu afluente da margem esquerda, o córrego Saguirú (2017, p. 67).

Desse modo, abre-se a possibilidade de chave de leitura dos recursos hídricos como, também, produtores da vida.

Em *Paraíba do Sul: história de um rio sobrevivente*, Patriani e Cunha (2010) simulam o rio e percorrem, entre as páginas da obra, da nascente à foz do Paraíba do Sul. Não se tratou nesta obra de contar a História Ambiental do rio, por outro lado reconheceram a profundidade da relação dele com a sociedade, pois para esses autores o Paraíba do Sul “foi testemunha de importantes capítulos da história do nosso país” (2010, p. 17).

Se os autores sugerem que o rio Paraíba do Sul é um sobrevivente, estão dizendo também que da nascente à foz, do passado ao presente, ele sofreu mudanças objetivas assim como o olhar sobre ele vai se ressignificando. Isso quer dizer que ao passo que a sociedade vai assumindo novas práticas sociais, urbanas e econômicas, os diversos setores da sociedade confirmam uma estratégia especial para o rio.

Vejamos, por exemplo, o caso da pesca. Segundo esses autores o rio em vários de seus trechos não é mais como já foi na oferta de peixes, ainda que em algumas localidades nos últimos anos essa situação tenha se revertido. O que importa dizer é que um determinado agir sobre rio será respondido por ele mesmo com idêntico teor de impacto social, econômico, ambiental. Ao poluí-lo e eliminar os peixes, paulatinamente o rio vai afastando a vida social de si e, isso significa dizer que esse recurso hídrico pode ser um contínuo espelho da urbanidade. Logo, se o primeiro vai mal, o segundo também será comprometido. No fundo, é a cidade também uma sobrevivente.

Em sua síntese monográfica, Brito *et al.*(1996) alertam “Rio Paraíba: o rio que clama por socorro”. Nesse trabalho, os autores sistematizam um conjunto amplo de informações objetivando enriquecer o debate sobre a condição presente do rio, mas sem deixar de apontar os possíveis destinos dele. E foi da segunda metade do século XX, sobretudo após os anos de 1970, que o Paraíba do Sul começou a conquistar espaço no debate ambiental, ainda que de modo paulatino e fragmentado. Dizem as autoras que “o problema da degradação das águas do rio Paraíba, apesar de não ser natural, apenas nos últimos anos despertou interesse de diversos setores da sociedade da região para recuperá-los” (Ibidem, p. 3). Entretanto, importa lembrar que a obra referenciada data nos anos de 1990.

De uma perspectiva histórica, encontram-se ciclos econômicos territorializados na bacia do Paraíba do Sul. Destaca-se que aqui entendemos ciclos econômicos como a hegemonia espacial e temporal de um segmento da atividade econômica, pois como adverte Andrade (2004) os chamados ciclos econômicos coexistiram ao longo da história. É neste sentido que os autores constatarem a vocação cafeeira da região a partir do século XVIII, ainda que não tenha sido o primeiro grande empreendimento econômico na região. Ribeiro (1982) e Brasil *et al.* (2018) afirmam que antes da região ser tomada por fazendas de café, a atividade canieira já se manifestava de modo desigual no Vale do Paraíba, ou melhor, não foram todos os municípios da região que desenvolveram esta lavoura. Também advertem que, para além desta constatação, estruturalmente a paisagem do Vale do Paraíba foi transformada a partir da produção cafeeira. Isso quer dizer que, até o início do século XVIII, tinha-se uma paisagem natural pouco modificada, contemplando, deste modo, uma floresta nativa, a Mata Atlântica, em um relevo mais acidentado, os Mares de Morros. É a partir deste ponto de inflexão que a História Ambiental Regional começa a tomar nota das dinâmicas que circunscrevem o relacionamento entre sociedade e natureza, e também começa a compreender que uma crise ambiental *lato sensu* manifesta-se de modo micro, logo a alteração de uma paisagem necessariamente impacta o recurso hídrico que nela está contida.

Não somente na qualidade de suas águas, Brasil *et al.* (2018) encontraram evidências de degradação como resultado de ciclos de variadas intervenções na bacia do Paraíba do Sul. Como também produto desse processo predatório, o relacionamento do rio com a população sofre importantes mudanças, de ordem econômica e social. Dizem Brito *et al.* (1996) que:

Além de interferir na economia dos piraquaras, a poluição prejudicou ainda a própria cultura desse povo. Com a falta de peixes, os piraquaras se viram obrigados a sair de suas moradias e procurarem outro tipo de trabalho como fonte de renda para conseguirem sobreviver (1996, p. 20).

A marginalização do rio já foi amplamente debatida em outros espaços. Jorge (2006), depois de uma arguição que o mergulhou na História Ambiental do seu objeto de estudo, vai explicar que a metrópole paulistana perdeu um rio: o Tietê. “Os

moradores de São Paulo vivem afastados do rio Tietê” (2006, p. 15). Conforme o pesquisador:

Transformado em um canal de esgotos, receptáculo de todo tipo de sujeira, com suas águas totalmente poluídas, isolado por pistas expressas de automóveis que saturam suas margens de barulho e fuligem, o antigo rio cheio de vida e com trechos muito belos tornou-se um dos lugares mais feios e inóspitos da cidade (JORGE, 2006, p. 15).

Aquele que já foi um rio integrado à cidade, portador de um discurso de inclusão, hoje é um rio antissocial, excludente e divorciado da urbanidade, ainda que esteja nela. Importante lembrar, como já destacado, rio e cidade formam um conjunto indissociável, apesar do primeiro ser antissocial. Diz o último autor que:

Embora o Tietê continue a ser imprescindível ao funcionamento da cidade e à economia do país, drenando a metrópole e cedendo suas antigas várzeas para o transporte automotivo, o rio com o qual muito dos moradores um dia tiveram uma relação direta e calorosa não existe mais (Ibidem).

Assim, é contraditório o relacionamento rio-cidade, prova disso é o questionamento acerca da crise hídrica na metrópole paulistana sendo rasgada por rios da dimensão do Tietê e Pinheiros.

É preciso reforçar que a abstração do Tietê em determinados aspectos é observada como um processo que se deu ao longo do século XX, sobretudo na segunda metade (JORGE, 2006). Desse modo, envolve um conjunto de elementos e narrativas que convergiram para decretar seu distanciamento social da cidade. Assim, questões sanitárias, cheias, mercado de terras, construção de infraestrutura como rodovias e barragens e a negação enquanto patrimônio do município foram variáveis essenciais para o abatimento do rio. No fundo, o rio e sua natureza opuseram-se ao formidável crescimento e modernização da capital paulista. Para o bem ou para o mal, consciente ou inconscientemente, o rio foi marginalizado. O mesmo processo ocorreu com o rio Tamanduateí (SANTOS, 2015). Em Sorocaba, inspirado em São Paulo, Carvalho (2015) mostrou as transformações que o rio Sorocaba sofreu desde a década de 1950 que, com as devidas particularidades,

também foi relativamente marginalizado da vida social. O autor pontua que nos últimos anos medidas foram tomadas para a sua despoluição, porém não suficientes para concretar a ponte rio-cidade. Para ele “talvez porque ainda não se estabeleceu uma relação mais orgânica entre a cidade e a natureza, a cidade e o seu rio” (2015, p. 284).

Ainda que não seja o ponto central de seu trabalho, Brito *et al.* (1996) expõe uma abertura que relaciona múltiplos usos econômicos a partir do Paraíba do Sul, apresentando a relação deste com a sociedade. Portanto, não se trata apenas de entender o falso dualismo que esteticamente se impõe, no fundo, seu trabalho objetiva analisar o relacionamento rio-cidade, indivisível e contraditório. Os autores entendem, portanto, que o afastamento do rio da vida social é uma resposta do mesmo ao modo como a vida urbana-industrial tem se apropriado dele. Nesse sentido, destacam os autores:

Em menos de 40 anos o processo de declínio da civilização piraquara tornou-se irreversível. Após uma sobrevivência mantida com a pesca durante mais de três séculos, o que restou da figura humana nas margens do rio é um ancestral distante de sua origem e mesmo de tempos não muito distantes em que o rio concentrava uma expressiva concentração de pescado. O êxodo piraquara descaracteriza gradativamente um momento histórico da civilização caipira. O contato com a industrialização desfez elos que mantinham o piraquara nas margens do rio sinuoso, que prossegue seu curso ligeiro e inquieto, e na maioria de seu trecho poluído (BRITO *et al.*, 1996, p. 23).

Terezinha de Fátima Martins (1991, p. 8) comunga da mesma visão ao dizer que “o Paraíba é um rio que já nasce sob o signo da interferência do Homem. Seu ‘berço’ é de concreto: barragem da Usina Hidrelétrica da Companhia Energética de São Paulo”. Ela se refere ao encontro do rio Paraibuna com o rio Paraitinga, origem do rio Paraíba do Sul.

O “berço de concreto” é fruto da construção da represa da Usina Hidrelétrica de Paraibuna, entre 1964 e 1978, logo na cabeceira da bacia, interligando o reservatório de Paraibuna com o reservatório de Paraitinga, constituindo o maior reservatório do sistema Paraíba do Sul, com uma área total de 224 km<sup>2</sup>, possui o objetivo principal de regular a vazão do rio para melhor controle das enchentes à

jusante (LIMA e BATISTA, 2010). Importa lembrar, como ressaltam os últimos pesquisadores, que o objetivo secundário é a geração de energia elétrica, embora não se utilize todo seu potencial energético (Ibidem). A questão que estes autores problematizam é referente aos impactos gerados por esta grande obra de engenharia. Segundo eles, nos municípios de Paraibuna (SP), local de construção da usina hidrelétrica, Natividade da Serra (SP) e Redenção da Serra (SP), onde se perderam devido à inundação, respectivamente, 9%, 14% e 6% das áreas desses municípios (BRITTO, 2017), houve intenso processo de êxodo rural, mudanças nas atividades econômicas, alterações na cobertura do solo, além de perdas referentes aos patrimônios históricos e de recursos ambientais.

No entanto, não é somente no encontro dos corpos hídricos citados que Martins (1991) aponta interferências e impactos ocasionados por ações antrópicas. A questão fundamental da pesquisa dela não é anunciar os processos predatórios, ainda que sejam de grande relevância, não se trata de negar usos e ações no e a partir dos rios. Busca-se, portanto, identificar novas potencialidades desse recurso hídrico, que possam contribuir, mais uma vez, para o desenvolvimento da região. Assim, apresenta a navegabilidade conciliada ao turismo como um novo impulso a um projeto de revitalização social e ambiental do rio. Aqui concordamos que, uma vez inserido dentro das contradições do modelo de produção vigente, a melhor alternativa é a proposição de um projeto que garanta maior sustentabilidade em harmonia com o desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, quando somente há um vácuo, restarão apenas ações predatórias.

O Paraíba do Sul pode ser, novamente, mais solução do que problema para se pensar a região e o conjunto da nação. Isso é o que defende Martins (1991), para quem a própria concepção do Vale do Paraíba como símbolo da modernidade urbana-industrial é recorrente da generosa oferta de recursos hídricos. Não existe desenvolvimento sem água, seja para uso de abastecimento urbano, agrícola, industrial ou energético. Agora, diante desse enorme manancial de água, alerta a autora:

Observa-se portanto, que o planejamento unidirecional e a má utilização dos recursos hídricos ignorando os múltiplos propósitos aos que as mesmas se destinam mostra-se prática superada e antieconômica, provocando situações conflitantes entre vários usuários, além de limitar o desenvolvimento de toda uma região (MARTINS, 1991, p. 18).

Voltamos a repetir aqui que, diante as relações capitalistas de produção, torna-se extremamente viável a proposição e execução de grandes projetos que conciliem preservação e desenvolvimento nos espaços tidos como “naturais”. A preservação será caminho seguro quando daquele espaço, a partir da manutenção, for possível extrair mais-valia, do contrário, as ações tendem a ser predatórias e intensas sobre os recursos naturais. Além disso, faz-se importante lembrar que, uma vez reconhecida a indivisibilidade entre rio e cidade, não propor ações para ambos é degradação mútua. Desse modo, Martins explica: “o desenvolvimento industrial, o crescimento demográfico e a ocupação do solo de forma intensa e acelerada vêm provocando o comprometimento do rio Paraíba do Sul” (1991, p. 84). Ou seja, é preciso pensar universalmente para solucionar desafios que se colocam singularmente.

Para Raphael Thomaz Sanches do Amaral (2016) houve um significativo empreendimento econômico na várzea no Paraíba do Sul no trecho paulista, a rizicultura. Foi esta a prática agrícola, inclusive como alternativa parcial para a decadência do café, na virada do século XIX para o XX, que transformou em espaço econômico a várzea do Paraíba do Sul. Atualmente, o Vale do Paraíba Paulista é a maior região produtora de arroz do estado de São Paulo. Vale a ressalva de que, segundo o pesquisador, tal empreendimento foi possibilitado pelas obras de regulagem das cheias do rio, devido à represa da Usina Hidrelétrica de Paraibuna, retificação de alguns trechos, permitindo, portanto, o controle das águas, favorecendo a ocupação destas áreas. O autor reconhece que

Com a regularização das cheias e a água proporcionada pelo sistema de polders chegaram à várzea novos usos e aumentou a presença humana. Tornou-se um espaço produtivo disputado pelos agricultores, pelos especuladores imobiliários e pela indústria extrativista, destacadamente os areeiros. A regularização do rio possibilitou a expansão do uso agroindustrial da planície de inundação (AMARAL, 2016, p. 33).

Para Amaral (2016), esta ocupação se deu via colônias agrícolas, destacando a Colônia de Canas, em Lorena, Colônia Boa Vista, em Jacareí, Colônia de Quiririm, em Taubaté, e Colônia do Piagui, em Guaratinguetá. Todas comungam de serem

datadas da segunda metade do século XIX, mais próximas da virada para o século XX. Observa-se, deste modo, uma simbiose construtiva dessas populações, em grande maioria imigrantes europeus, sobretudo italianos, com o rio e suas adjacências. Interatividade que, conforme assinalada pelo autor, continua, em parte, viva até os dias atuais.

Chama a atenção no trabalho de Amaral (2016) o esforço em debater a conservação da memória desses espaços ligados ao rio Paraíba do Sul. Não se tratou, na obra, em afirmar apenas o contato dos colonos com o rio, ou da importância da rizicultura na promoção e no desenvolvimento local, mas objetivou-se questionar a relevância em preservar a arquitetura vernacular como parte integradora da memória coletiva entre a cidade e o rio. Afirmamos, mais uma vez, que os elementos modernizantes da urbanidade acabam por encerrar um afastamento do recurso hídrico, impedindo, conseqüentemente, a reconstrução desse lugar no imaginário social. Assim, o rio desaparece junto com a memória.

### **2.3 Taubaté: uso histórico da terra**

O estudo das dinâmicas territoriais em Taubaté, ou até mesmo a partir de seu núcleo inicial, dentro de uma perspectiva histórica, evidencia a complexidade dos movimentos sequenciais e dialéticos que as relações sociais, econômicas, urbanas e ambientais estiveram enredadas. O desafio em desvendar tais sequências e contradições parte inicialmente por uma questão de etimologia: a palavra Taubaté. Na literatura aparenta existir um consenso que enuncia a etimologia em tela como “aldeia alta”. Isso significa assumir a lógica: “taba” (aldeia) e “ibaté” (alta). Como bem mostrado por Martins “o vocábulo Taubaté recebeu na história uma infinidade de grafias, daí o aparecimento de variadas interpretações” (1973, p. 13).

Se o entendimento da origem deste substantivo próprio promove uma relativa discussão, é de amplo conhecimento coletivo a gênese do primeiro núcleo urbano de Taubaté. Não está entre os objetivos deste trabalho elaborar uma reconstituição completa e minuciosa da história da cidade. Porém, diante da temática estabelecida neste trabalho, torna-se imprescindível a necessidade de pontuar as principais

características e dinâmicas que dão tom ao processo histórico das relações das múltiplas naturezas da vida e do ambiente no espaço em recorte. Neste sentido, compreende-se que o labor de formar palavras e linhas sobre o rio Paraíba do Sul, no trecho e temporalidade aqui definidos, passa obrigatoriamente por uma análise territorial de horizonte mais amplo.

Taubaté, cidade com excepcional posição geográfica em plena bacia sedimentar do Paraíba (MULLER, 1965), aflorou entre as águas, ou melhor, entre dois pequenos cursos d'água, o córrego do Judeu e o Córrego do Convento Velho. Na descrição deste princípio urbano, Cesar Junior pontua que “em seu sítio original, uma bacia hidrográfica interessante, embora composta por pequenos córregos, nascentes e lagoas [...]” (2013, p. 29). Interessante observar, como destacado por Muller (1965), que de todos os municípios localizados sobre a bacia sedimentar do Paraíba, Taubaté é o mais distante do Rio Paraíba do Sul. Significa, no limite, que o rio, em relação ao município está “ausente em sua paisagem, como também não participa da vida urbana” (Ibidem, p. 71).

Portanto, mesmo considerando o distanciamento entre Taubaté e o Paraíba do Sul, ainda que dentro dos perímetros estabelecidos por suas veias azuis, reafirmamos a importância da água como produtora da vida, como organizadora e base das diretrizes que conduziram o surgimento do núcleo urbano desse município. Corroborando com tal pensamento, Ribeiro explica:

Neste cenário geográfico surgiu em 1645 Taubaté, constituindo-se em núcleo localizado entre os ribeirões do Convento Velho, Saguiru e Judeu, a uma légua do rio Paraíba. Quase insular, o futuro centro industrial tinha como único caminho não cortado pelos ribeirões, o lado sul, onde se localizam as colinas (1982, p. 23).

É importante registrar que mesmo marcando 1645 como fundação de Taubaté, ocorrerá por suas terras algumas atividades, sobretudo de caráter exploratório (fase que vai de 1580 a 1620), seguida pela fase de povoamento (de 1620 a 1680). Na primeira, encerra-se o ciclo de caça aos indígenas na região, e de modo geral no Vale do Paraíba. Ribeiro ao referir-se aos bandeirantes paulistas,

destaca que “seu destino era lançar-se sobre a gente e sobre as coisas da terra, apresando e saqueando o que estivesse ao seu alcance, para assim afirma-se socialmente” (1995, p. 17).

No contexto da História Ambiental, o Paraíba do Sul já sinalizava no século XVI e XVII sua importância e protagonismo para o desbravamento das terras valeparaibanas pelos bandeirantes. Conhecido na época como Sorobis, tinha-se o rio como caminho natural em terras até então desconhecidas. Foi em suas margens que foram constituídas as primeiras sesmarias da região, confirmando a fase de povoamento subsequente do período inicial de exploração (RIBEIRO, 1982, p. 29).

Para Martins (1973), o conhecimento no tocante a questão da territorialização indígena no Vale do Paraíba possui algumas lacunas não preenchidas, principalmente sobre a etnia dos indígenas que ali povoavam. Neste sentido, esclarece Martins:

Pedro Taques por exemplo informa que, quando Jacques Félix penetrou nesta área, ela era ocupada pelas nações selvagens de puris e jerominis, enquanto João Mendes afirma que Taubaté foi primitivamente uma aldeia de guaianás, fugidos de São Paulo. A zona teria sido habitada também pelos tamoios, sendo certo que Knivet, em sua “Narração”, escrita no final do século XVI, se refere à existência de índios puris, guianas e tamoios nesta região (1973, p. 15).

Jacques Félix foi o sertanista autorizado pela condessa de Vimieiro, donatária da Capitania de São Vicente, a desbravar os sertões de Taubaté em 1636, nove anos antes da fundação da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. Como resultado, a cidade atribuiu a este personagem histórico o título de fundador da mesma, ou melhor, o primeiro fundador, pois como será visto posteriormente, a mesma cidade elegeu um segundo fundador no contexto da nascente indústria taubateana. Ajuda a compreender o contexto de fundação de Taubaté quando Muller diz que:

Em seus primeiros decênios de vida Taubaté era um núcleo bastante modesto, funcionando apenas como mero centro de uma área rural relativamente pobre, que se mantinha à custa de uma policultura rudimentar

de subsistência e de alguma criação, conforme se verifica pelas cópias de testamentos da época (1965, p. 81).

A questão principal aqui, ao contextualizar brevemente a fundação de Taubaté assim como a atividade de exploração e aprisionamento indígena realizada pelos bandeirantes, é evidenciar a preparação e abertura deste espaço para dali emergir o seu primeiro núcleo urbano. Conforme Muller “no final do século XVII Taubaté toma novo rumo, surgindo como centro difusor de bandeiras e começando a se projetar no cenário da vida colonial brasileira” (1965, p. 81) e, até aqui, pode-se afirmar que não houve uma agressão mais ampla sobre a natureza, cabendo a este papel a implantação da lavoura canavieira em meados do século XVIII, como mostrado por Ribeiro (1982) em sua pesquisa.

O desafio posto doravante é identificar os ciclos produtivos e econômicos no Vale do Paraíba, sobretudo em Taubaté, em compasso com o modelo de uso do território e os impactos ambientais deixados não somente e exclusivamente sobre o solo, a vegetação e sobre a fauna, mas, sobretudo, as marcas predatórias e de degradação dos recursos hídricos. Este exercício ocorrerá concomitante à narrativa histórica de trancos modernizantes na economia e sociedade taubateana, sobretudo na virada do século XIX e ao decorrer do século XX, temporalidade definida para problematizar a temática deste trabalho.

### **2.3.1 Taubaté no contexto e na pós fundação (1645)**

Muito requisitada e explorada, a ideia de ciclos econômicos deverá, de alguma forma, comparecer nas próximas linhas e parágrafos desse texto. Ressaltamos, porém, como adverte Andrade (2004), a falsa leitura de ter no ciclo econômico especificado a exclusividade e o monopólio da natureza da atividade produtiva. Isso significa dizer que ciclos econômicos podem coexistir no tempo e no espaço, permitindo, desse modo, a compreensão de uma atividade econômica hegemônica dentro de uma relação de outras atividades econômicas periféricas.

No contexto imediato da fundação de Taubaté (1645), a cidade desconhecia qualquer perfil que a caracterizasse como zona agrícola. Na verdade, naquele momento praticava-se uma policultura rudimentar à base de mandioca, milho e engenhos de açúcar, assim como de algumas criações de subsistência.

Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII, a cidade ganha um novo impulso nas relações econômicas e sociais, assim como sua demografia é alterada com o incremento populacional. O comércio local ganha fôlego ao assumir o abastecimento das tropas de muares que tinham como destino as minas. Foi também a partir desse momento que a agricultura em Taubaté, de caráter de subsistência, objetivando alimentar as tropas, teve um maior desenvolvimento. Como resultado, o município assume uma posição de centro de uma área puramente rural.

Diante da nova dimensionalidade que a cidade conquista, complexificando as relações socioeconômicas, o espaço urbano reflete os novos ganhos do momento. No fundo, como expõe Côrrea (1989), o espaço é reflexo das relações que compõem a sociedade, logo da própria cidade.

O desdobramento da exaustão das minas no fim do século XVIII não se conteve exclusivamente em Minas Gerais. Como os ciclos econômicos também são ciclos demográficos, as regiões das minas presenciam um forte processo populacional de êxodo em função da perda de dinamismo econômico destas regiões, resultando em um fluxo acentuado de migrantes para terras taubateanas. Neste sentido, Ribeiro nos ajuda a compreender o contexto ao dizer que

Nos primórdios da colonização do Vale do Paraíba, quando ainda não se praticava a agricultura em grande escala, não houve uma agressão propriamente dita à natureza, mas depois do esgotamento das minas no final do século XVIII, vastos contingentes humanos foram liberados das Gerais, parte deles se transferindo para Taubaté onde passaram a praticar a agricultura de subsistência e o pastoreio (1982, p. 24).

É importante ressaltar que dentro deste cenário, já nas últimas décadas do século XVIII, houve o desenvolvimento da lavoura canavieira em Taubaté,

convivendo paralelamente com a agricultura de subsistência, já que a lavoura e beneficiamento do açúcar nunca chegaram a monopolizar as atividades econômicas do município, ainda que fosse possível de ser comercializado esse produto com o Rio de Janeiro.

Nas primeiras décadas do século XIX, Muller (1965) aponta uma situação de estagnação e pouco dinamismo das atividades econômicas em Taubaté. À espera do glorioso café, este município não havia logrado um desenvolvimento consistente a partir de uma economia sólida, sofisticada e diversificada. Porém, reforça-se a importância da cultura canavieira neste contexto, o município possuía, em 1836, um total de 108 fazendas que cultivavam este gênero agrícola.

As condições de vida de Taubaté não diferiam muito das do setecentismo. Talvez até fossem um pouco piores, devido ao esgotamento das jazidas auríferas e à perda da função de abastecedora da região de mineração, que já se tornara autossuficiente (1965, p. 82).

O café, gênero que abalou e reconfigurou a sociedade valeparaibana, já estava presente entre os produtos cultivados em Taubaté a partir da terceira década do século XIX. Importante para dimensionar e qualificar os novos rumos da cidade, e substancial para a temática deste texto, o período do cultivo cafeeiro no município, possui um espaço de destaque, uma vez que, para além da importância econômica, da transformação social e urbana, impondo alguns passos modernizantes na cidade, o café foi agente estruturante da degradação da paisagem natural do Vale do Paraíba, inclusive sobre a História Ambiental do rio Paraíba do Sul.

### **2.3.2 O milagre econômico: café**

Às margens do Rio Paraíba do Sul, em 1830, a lavoura cafeeira inicia sua trajetória de hegemonização da atividade econômica na região valeparaibana paulista até as últimas décadas do século XIX. No Rio de Janeiro, os cafezais começam a brotar a partir das últimas décadas do século XIX. Torna-se, portanto,

não a monopolizadora da economia da área em destaque, uma vez que outros gêneros agrícolas eram cultivados, como, por exemplo, a cana-de-açúcar, que mesmo que tenha precedido o café como gênero agrícola principal, continuava sendo cultivada em paralelo com o café em alguns municípios do Vale do Paraíba, como em Lorena, conforme revelado por Castro (2004).

A cana-de-açúcar deixa como herança toda a estrutura de produção que a lavoura do café demandou. Entende-se desta transição uma genérica diferença entre a estrutura produtiva de ambos. Enquanto a cana-de-açúcar combinava atividades agrícolas e industriais em função dos engenhos, a produção do café contava com um modelo mais simples de produção. Diante da necessidade de se buscar, a partir da terra, um produto que dinamizasse a economia local, em plena articulação com as demandas externas, o café vai se tornando o motor da vida na região valeparaibana, sendo, em um primeiro momento em terras fluminenses, no imediato declínio da mineração. Em 1830, ele já se encontrava de ponta a ponta no Vale do Paraíba (paulista e fluminense).

Conforme Muller (1965):

Verifica-se que, em 1836, o café não era mais mera cultura de fundo de quintal, apresentando, na área de Taubaté (que abrangia Caçapava, Jambreiro, Monteiro Lobato, Tremembé, Redenção da Serra), uma produção de 23 607 arrôbas. É verdade que esta safra é modesta em relação à de outras áreas da região, pois que se registram 102 797 arrôbas em Areias, 64 822 em Bananal, 62 628 em Pindamonhangaba, 54 004 em Jacareí, 33 649 em Lorena; Taubaté era, pois, apenas o sexto produtor da região [...] (1965, p. 83).

Portanto, aponta-se que o início da lavoura cafeeira nas cidades valeparaibanas se deu de modo desigual, como esclarece Muller, o município de Taubaté, na década de 1830, ainda possuía uma posição de destaque na produção de cana de açúcar, oferecendo uma resistência à expansão cafeeira. Para além da cana-de-açúcar, a cidade possuía uma lavoura diversificada, isso quer dizer uma policultura contando com o cultivo e produção de arroz, farinha de mandioca, feijão e milho verde.

Apesar da resistência inicial relativa ao café, vale lembrar a importância urbana que Taubaté já possuía no florescer desse produto na região, merecendo, inclusive, a classificação de “vila considerável” dentro daquele contexto. Porém,

assim como complementa Muller, “embora com destaque relativo, que em parte lhe era garantido pela evolução histórica dos núcleos urbanos da região, Taubaté, em 1836, estava até certo ponto, em posição de inferioridade em relação a outras cidades” (1965, p. 86). A sorte do município começa a mudar na segunda metade do século XIX.

A partir de 1850 Taubaté ganha destaque na produção de café e recupera a posição de destaque perdida na primeira parte do século XIX. Em 1900, ocupa a liderança na região, mantendo-a até o fim do ciclo cafeeiro na região do Vale do Paraíba. Neste fim de século XIX, o município experimenta, a partir dos ganhos na produção de café, um ciclo modernizante. Nas palavras de Muller “No último quartel do século XIX, a cidade foi tomada de grande surto de crescimento e progresso” (1965, p. 87). Foi neste período que uma incipiente infraestrutura urbana se instalou em Taubaté, com serviços de abastecimento de água, de telefone, assim como a ligação por bondes a vapor com Tremembé.

Assim, a cidade assume uma posição de destaque entre os maiores produtores de café no país que, no fundo, deve-se muito a posição geográfica privilegiada do Vale do Paraíba, região entre as duas maiores metrópoles brasileiras e a perfeita adaptação da planta na região, contribuindo para que entre os anos de 1788 e 1888, o Brasil produzisse cerca de 10 milhões de toneladas de café, principal bebida de luxo da época do Ocidente (RUÍZ *et al.*, 2018a).

Importante ressaltar que originalmente o Vale do Paraíba foi, em sua maioria, coberto por Floresta Ombrófila Densa, do bioma Mata Atlântica, inserida do domínio morfoclimático de “Mares de Morros” (AB´SABER, 2007). Possui “características topográficas, climáticas, edáficas, pluviais, de vegetação e localização formavam as condições ideais – conquanto que efêmeras – para concentrar a maior produção de café no Brasil no século XIX” (RUÍZ *et al.*, 2018, p. 64).

Observando as repercussões ambientais na região, compartilha-se do pensamento destes últimos autores ao posicionar o café como a maior ameaça ao ambiente natural nos três séculos subsequentes do início da chegada dos europeus em terras americanas. As poucas décadas de forte produção e ampliação de lavouras de café no Vale do Paraíba, foram decisivas para mergulhar a região em acelerados e permanentes processos de degradação e destruição de seus

elementos naturais e ecossistemas. Extinção da floresta, erosão dos solos, desequilíbrio do ecossistema, transformação da dinâmica hidrológica e climática regional, e entulhamento dos fundos de vales fluviais foram as principais marcas permanentes herdadas do café. Para corroborar com os objetivos desse trabalho, detalharemos essas ações com o intuito de iniciar uma leitura do relacionamento ambiental da cidade com o seu espaço, portanto, resulta também no entendimento da posição do rio e o que nele ficou no período marcado pelo plantio de café.

De acordo com Dantas e Netto, “O avanço da fronteira econômica implicou necessariamente no desmatamento de florestas nativas em grande escala” (2018, p. 107). Os pesquisadores, ao se debruçarem em estudos que correlacionam a Mata Atlântica e o ciclo cafeeiro no Vale do Paraíba, concluem que este último “especificamente, representou um período de intensa atividade morfodinâmica, proveniente do desflorestamento generalizado” (Ibidem).

A eliminação, quase que em sua totalidade, da floresta de Mata Atlântica, advogam estes autores, repercutiu na qualidade do solo, em sua degradação e erosão, na subsequente agradação dos sedimentos nas planícies de inundações de fundo de vale, assim como a modificação das dinâmicas hidrológicas e climáticas na região.

A floresta pluvial, cobertura de vegetação nativa de boa parte do Vale do Paraíba por todo o Holoceno, foi responsável pela “fabricação” de uma fertilidade nos solos desta região, contando com uma espessa serrapilheira e uma rica camada Horizonte A, possuidora de um volume considerável de matéria orgânica. Dantas e Netto (2018) mostram que uma camada média de 7,5 cm de solo fora retirada pela erosão laminar em função, principalmente, do alinhamento vertical dos cafezais. Importa ressaltar, como afirmam os autores, que este cálculo subestima o volume de solo erodido, pois se basearam no volume de sedimentos agradados nas planícies de inundação, ou seja, desconsiderou-se aquele volume de sedimentos transportados pelos canais fluviais para fora da bacia hidrográfica. Nas planícies de inundação, os autores, por meio de datação por radiocarbono, constataram que o depósito de sedimentos tem aproximadamente 200 anos, logo caracteriza-se como um depósito tecnogênico ligado ao ciclo cafeeiro na região (DANTAS e NETTO, 2018, p. 110).

O que se constatou foi a varredura da fertilidade do solo devido à marcha imparável por terras virgens para o plantio do café, sempre de modo intenso e impactante. De fato, reconheceu-se que estas terras possuíam maior fertilidade, o que motivou este acelerador da destruição da mata tropical. Tão impactante foi a decadência da produtividade destes solos, tendo aí uma das causas do esgotamento da possibilidade em continuar explorando a terra para a manutenção de uma economia agroexportadora. Tal fato pode ser bem ilustrado observando o município de Bananal, que em 1854 produziu 550 mil arrobas de café, muito superior a produção de 15 mil arrobas em 1920. Tal declínio condicionou a diminuição do tamanho da população, saindo de 17,6 mil em 1886, para 12 mil em 1935, conforme apontam Dantas e Netto (2018).

Os pesquisadores expõem para além dos processos já descritos anteriormente, os efeitos climáticos na região valeparaibana. Para eles, a quase remoção por completa da floresta tropical pode ter gerado consequências diretas na climatologia regional, mesmo sofrendo as permanentes influências oriundas da floresta Amazônica. Neste sentido, defendem os autores a substituição, como fruto do desflorestamento, do clima de floresta pluvial para um clima de floresta estacional, e no limite clima de savana. O que antes caracterizava-se como um clima sem estação seca, como no oeste da Amazônia, hoje define-se como um tipo climático onde as chuvas se concentram no verão, sobretudo as torrenciais, enquanto o inverno apresenta-se com pouca pluviosidade. Isso quer dizer a origem de um tipo climático muito próximo ao tropical continental, caracterizado, grosso modo, por duas estações ao longo do ano, sendo uma seca e a outra chuvosa. Concluem os autores:

O médio vale do rio Paraíba do Sul se localiza, portanto, no “rastros do café”, abandonando a região em busca de novas terras e deixando para trás um cenário ambiental extremamente degradado. Do ponto de vista socioeconômico, essa região corresponde às “cidades mortas” tão bem definidas por Monteiro Lobato nos primórdios do século XX (DANTAS; NETTO, 2018, p. 126).

Ruiz *et al.* (2018b) desenvolvem uma produtiva discussão nas consequências das ações antrópicas sobre a Mata Atlântica ao descreverem o impacto na conectividade ecológica, que segundo os autores consiste na “capacidade da paisagem de interferir nos fluxos biológicos – sementes, pólen ou organismos – por meio da movimentação inter-habitats dos organismos” (Ibidem, p.128). Percebe-se, portanto a relevância da conectividade ecológica para a manutenção do ecossistema, da biodiversidade e da oferta dos serviços ambientais.

Como já apontado, houve um forte processo de desflorestamento da Mata Atlântica na região valeparaibana, o que também resultará na perturbação do equilíbrio até então existente entre fauna e vegetação, entes interdependentes. Neste sentido, complementam Dantas e Neto (2018): “quanto maior for a separação entre os fragmentos, maior será a dificuldade dos animais para se movimentar entre eles, diminuindo as possibilidades de conexão” (p. 126). Para além desse aspecto, os autores expõem através de seu trabalho que, a partir do uso da terra coberta inicialmente pela floresta houve o impacto no solo, transformação da paisagem em pastagens e inserção de espécies exóticas, como o eucalipto. Além disso, também evidencia-se a importância no reconhecimento do saber popular da floresta, inclusive para a manutenção daquilo que sobrou dela.

Rodrigues *et al.* (2018, p. 151) apresentam um panorama mais amplo nas alterações dos serviços ecossistêmicos prestados por florestas tropicais. Neste sentido, afirmam os autores que:

Em suma, as mudanças de uso da terra são práticas que têm alterado de forma global as paisagens ao longo do tempo, com reflexos diretos nos ciclos biogeoquímicos e hidrológicos, que afetam diretamente o clima e a provisão de serviços ecossistêmicos (2018, p. 151).

Os serviços ecossistêmicos, a saber, os serviços de apoio, de provisão, de regulação e culturais, são profundamente impactados na medida em que os diferentes usos da terra propõem situações que, ao fim e a cabo, resultam em degradação. Isso quer dizer que a remoção da floresta tropical da Mata Atlântica

corresponde a um conjunto unido, interdependente e extremamente conectado dentro de uma totalidade.

Como revelam estes últimos autores, as florestas tropicais nativas apresentam grande capacidade de estocar carbono orgânico no solo e na própria biomassa da floresta, sendo no primeiro até duas vezes o estoque total de carbono na atmosfera. Isso significa afirmar o serviço de regulação prestado por uma floresta ao retirar um exponencial volume de carbono da atmosfera, sendo um dos principais gases de efeito estufa. Dizem Rodrigues *et al.* que “o sistema que mostra menor capacidade de estoque de carbono é o café [...]” (2018, p. 155).

Não somente a matéria orgânica foi varrida dos solos valeparaibanos, sobretudo devido ao plantio longitudinal dos cafezais. Os macronutrientes como o nitrogênio e fósforo também são reduzidos em função da redução da matéria orgânica no solo. Importa lembrar a relevância das florestas no processo de ciclagem de nutrientes, água, formação do solo e fotossíntese.

Sobre os recursos hídricos, os impactos mostraram-se tão violentos como aqueles apresentados sobre os solos. A bacia do Paraíba do Sul sofre desde as primeiras intervenções humanas. Sobre ela, houve um forte processo de assoreamento das águas em vários trechos do rio Paraíba, de seus afluentes e subafluentes, sem contar com o apoio de uma mata ciliar contínua. Soma-se ainda a carga de efluentes que é lançada diariamente nas águas desta bacia.

As marcas predatórias da cafeicultura, sob o ângulo da História Ambiental, tornou-se o maior legado ambiental negativo sobre a região valeparaibana, marcando negativamente sua impressão sobre a paisagem transformada e refuncionalizada. Brasil *et al.* (2018, p. 177) afirmam que:

Sob esse tipo de manejo, o plantio de café modificou profundamente a paisagem, gerando como umas de suas resultantes ecológicas alterações climáticas locais/regionais, terrenos fisicamente instáveis, diminuição da biodiversidade local, alterações no regime hidrológico e perda de fertilidade dos solos. O descaso ambiental pode ser interpretado como resultado de um tipo de mentalidade que via as matas como virtualmente infinitas.

A atividade econômica subsequente ao café e ligada ao campo que foi desenvolvida na região, a partir de 1930, mostra-se como um prolongamento do legado destrutivo das monoculturas cafeeiras, a pecuária leiteira. Para esta prática foi, e continua sendo, imprescindível a produção de uma paisagem aberta, formada por pastagens e sem ou com raras formações arbóreas. Assim, teve-se no plantio de café o responsável pela dinâmica que varreu com a floresta tropical, assim como a fertilidade e alta produtividade do solo.

A transição da atividade cafeeira para a pecuária leiteira teve como base, primeiramente, a falida insistência dos cafeicultores em continuar com suas lavouras em terras que perderam a produtividade em função do próprio modelo adotado no plantio. Com terras baratas e em grande quantidade, no imediato declínio absoluto do plantio de café na região, chamou atenção de pecuaristas mineiros que prolongaram suas atividades de criação de gado para o Vale do Paraíba, até porque estes mineiros, em função da paisagem do Sul de Minas Gerais, já reconheciam elementos próximos na paisagem valeparaibana transformada a partir da monocultura exportadora.

Para além dos fatores oriundos do café, como a disponibilidade de terras baratas, reserva de mão de obra barata remanescente que permaneceu na área rural, e toda a infraestrutura que o café montou na região, a posição geográfica do Vale do Paraíba tornou-se um fator de primeira grandeza para o desenvolvimento da pecuária leiteira. Sua proximidade com São Paulo e com o Rio de Janeiro revelou-se como estratégicas para escoar o produto que por sua natureza necessita estar próximo dos grandes mercados consumidores. Vale lembrar que a região já estava estruturada com uma eficiente rede de transporte ferroviária, a Central do Brasil, que fora um forte estimulante para o desenvolvimento econômico de parte do Vale do Paraíba Paulista.

Importante ressaltar algumas características da vegetação substituta da floresta tropical, o capim gordura. Essencial para a alimentação do gado, esta herbácea possui uma média de 40-80 cm de altura, sendo originada na África. “É uma forrageira muito rústica, de grande rapidez de crescimento e bom valor nutritivo, registrando em sua matéria seca 9% de proteína bruta” (CASTRO, 2004, p. 86).

Tal transição (1890-1920), obedecendo à marca impressa historicamente pelas atividades econômicas sobre as terras valeparaibanas, não escapou a inevitável degradação dos elementos naturais. A continuidade da degradação ocorre sob nova roupagem. Para Brasil, a

Combinação do uso intensivo e prolongado do solo sob regime de monocultura cafeeira, com a subsequente formação de pastos nessas mesmas áreas, foi um dos maiores responsáveis pelo desencadeamento de processos erosivos, ainda atuantes, na região do Médio Vale do Paraíba do Sul (*et al.*2018, p. 183).

Sobre os recursos hídricos, vê-se o resultado de sucessivos processos de erosão laminar do solo, que inevitavelmente acarretará efeitos de assoreamento nos rios que integram a bacia hidrográfica do Vale do Paraíba do Sul. Percebe-se, portanto, a conectividade intrínseca e indivisível da História Ambiental dos múltiplos usos da terra no Vale do Paraíba, e da História Ambiental do rio Paraíba do Sul e de suas ramificações.

### **2.3.3 Desenvolvimento e modernização: Taubaté no século XX**

Maria Alice de Moraes Ribeiro (1982) foi quem melhor interpretou a emergente sociedade taubateana na virada do século XIX para o XX. Em sua contribuição, lançou mão de conceitos e de um conjunto de ideias que suportaram não apenas descrever as mudanças abertas com a derrocada do café, mas também buscou com maestria dialogar dialeticamente com aquela realidade, denunciando as contradições a partir da leitura da sociedade e do território usado por ela.

Taubaté, que já detinha relevância entre as províncias no período que antecede ao surto cafeeiro na região, chega nas últimas décadas do século XIX com aproximadamente trinta mil habitantes (RIBEIRO, 1982). Trata-se de décadas singulares, na qual se percebe profundas mudanças no uso do território no município, quer dizer, ocorre uma transição caracterizada por uma reconfiguração das relações de poder e dinâmicas demográficas próprias.

O declínio do café, no limite, significa apontar para o recuo e enfraquecimento do poder político e econômico dos fazendeiros, ainda que em Taubaté as lavouras de café tenham permanecido até por volta da década de 1930 (RICCI, 2006). Torna-se importante lembrar que este arrastamento não significou a continuação da glória outrora conquistada pelo café. Na verdade, foi muito mais a continuação de um legado de prejuízos, baixa produtividade e a necessidade de acreditar que esse elemento poderia continuar sendo a redenção econômica da região, tendo já outras alternativas que apontavam no lumiar do século XX, dentro de um contexto de crescimento populacional e do espaço urbano dos municípios, especialmente Taubaté.

Sobre a questão demográfica do município no fim do século XIX, é importante mencionar o que Ribeiro (1982) chamou de ruurbanização<sup>4</sup>. Para a pesquisadora, ocorreu um fluxo de micromigrações de pessoas de áreas rurais, liberadas em função do declínio do café, para a área urbana. Isso significou a urbanização da precariedade de vida exercida até então no campo, onde as pessoas “procuravam um meio para sobreviver em um espaço que oferecia diminutas oportunidades de emprego” (RIBEIRO, 1982, p. 91). Daí o termo ruurbanização. É uma sociedade que busca sua reinvenção econômica, mas que viverá um período caracterizado por aquilo que Monteiro Lobato chamou de “cidades mortas”.

Observa-se, a partir dos dados populacionais de Taubaté, uma dinâmica de aumento populacional durante o século XIX e início do século XX. Em 1836, Taubaté contabilizava uma população de 11.833 habitantes, sendo o município mais populoso do estado depois do município de São Paulo. Já em 1874, a cidade de Taubaté contabilizou 29 906 habitantes. Nas primeiras décadas do século XX, até a década de 1920, a cidade manteve um crescimento populacional que será interrompido pelo período destacado entre 1920 a 1934, na qual a população apresenta um declínio, saindo de um número absoluto de 85.433 para 68.040 habitantes. A retomada do crescimento populacional se estabeleceu a partir da década de 1940 (RICCI, 2006).

---

<sup>4</sup> Ruurbanização é um termo cunhado por Ribeiro (1982) para designar a população rural migrante para as áreas urbanas em Taubaté-SP no fim do século XIX. Significou segundo a autora a urbanização da pobreza.

Verificou-se, portanto, a partir das últimas décadas do século XIX, o primórdio do processo de êxodo rural na cidade, transferindo o excedente de mão de obra do campo para as áreas urbanas, agravando deste modo as contradições de natureza social e econômica já experimentada pelo município, uma vez que a urbanidade não detinha o conjunto de condições necessárias para abrigar com emprego e renda o fluxo resultante do êxodo rural. Ao mesmo tempo ocorre a reconfiguração das relações de poder dentro das cidades. Os donos dos meios de comando do ciclo cafeeiro, a saber, os fazendeiros, perdem a apropriação da cidade para o poder republicano, que vê na cidade a possibilidade de pulverizar as redes de dominância e cooptação das relações sociais. De uma sociedade agrária, como até então Taubaté poderia ser apresentada, o mundo urbano como centralidade política e econômica começa a emergir, mesmo dentro de um contexto de pobreza econômica e social entre a população. Neste sentido, destaca Ribeiro:

Com a decadência do café e a ruurbanização, o sítio urbano transformou-se. O crescimento populacional exigiu transformações espaciais que permitissem que a sociedade sobrevivesse mesmo que miseravelmente, sob o controle do Estado (1982, p. 101).

No tardar do século XIX, diante uma estrutura urbana ainda não completa e pouco desenvolvida, a preocupação com o abastecimento de água vai se avolumando, uma vez que a cidade de Taubaté contava com poucos chafarizes. Outras demandas e debates ligados às questões urbanas emergem neste contexto, como a questão do esgoto, complementa Ribeiro (1982, p. 110). Assim, as vias fluviais que cortavam a cidade, a saber, ribeirões e riachos, desempenhavam a funcionalidade de condução dos esgotos da cidade, mostrando-se limitante dentro de um contexto de expansão urbana. Em relação a isso, Ribeiro expõe: “Junto aos problemas de canalização dos esgotos, o problema de higiene da cidade passou a chamar atenção”. (Ibidem) Se as condições sanitárias e de abastecimento de água potável eram precários, a repercussão na saúde coletiva era inevitavelmente assustadora. Diante isso, Ribeiro esclarece:

Em uma sociedade em transição, onde homens pobres se concentram na cidade, os problemas de saúde devem ter sido de grandes dimensões. O

Jeca Tatu lobateano, migrou para a cidade com problemas individuais de saúde, que a História encontra dificuldades em estudar sobre o tema (1982, p. 110).

Também é do contexto do fim do século XIX o surgimento de alguns meios de comunicação que atravessavam o espaço taubateano, inclusive pelo rio Paraíba do Sul. Em 1878, foi inaugurada no trecho entre “Cachoeira” e Quiririm, a navegação a vapor do Alto Paraíba, elemento caro diante a temática deste trabalho que busca, também, explorar as possibilidades, atuais e históricas, do Rio Paraíba do Sul.

Nota-se que ainda que o Paraíba do Sul pudesse ter participado de algum modo e em alguma intensidade nas questões que envolvem os meios de transporte, já se pronunciava no fim do século XIX a prevalência dos meios de transporte por terra, marginalizando as possibilidades de navegabilidade pelo rio. Reforça essa ideia a ligação de Taubaté na Estrada de Ferro São Paulo – Rio, em 1876, as linhas “carris urbanos”, de tração animal, instalados na cidade em 1881, e a fundação em 1880 da Companhia de Bondes a Vapor Taubaté - Tremembé (RIBEIRO, 1982).

Foi no contexto da transição do século XIX para o século XX que ocorreu o estabelecimento em Taubaté de um embate sobre os rumos da cidade. Progressistas ligados às questões de atividades de natureza urbana, especialmente a industrial, buscam a hegemonia da narrativa sobre o futuro econômico da cidade. Do outro lado a tradicional elite agrária ligada ao café buscou manter a produtividade da atividade cafeeira, uma vez que seu poder de comando era subordinado ao monopólio econômico que até então esta classe econômica possuía. Sua decadência era destino pois a luta por manter a produtividade foi falida na medida que o tempo da natureza jogava contra os barões do café.

Como escreveu Ribeiro (1982), dentro de um contexto de empobrecimento social e econômico em Taubaté, a indústria apresentou-se como solução, pois em 1891 sua primeira grande indústria, a CTI (Companhia Taubaté Industrial), surgiu. O centro de acumulação do capital é redirecionado do campo para a cidade, uma nova relação com o território é imposta. Taubaté, mergulhada em suas contradições e pobreza, entra em um novo ciclo com surtos modernizantes e, nas palavras de Ribeiro, a cidade vem “encontrando uma nova função, Taubaté modernizou-se

dentro da pobreza, rechaçando a acusação escrita em um jornal de 1893 que dizia que a região valeparaibana era ‘uma bananeira que já deu cacho’” (1982, p. 143).

A industrialização tornou-se um caminho inevitável no município e os fatores locais atribuídos para a cidade contribuíram para a caracterização e fortalecimento da vocação industrial que Taubaté viria a protagonizar. Dentre os fatores que podem explicar a ascensão industrial dessa localidade, é no café que se encontra uma determinação considerável para tal empreendimento. Faz-se importante ressaltar que ainda que alguns autores como Costa (2005) reconheçam a centralidade do café para a emergência industrial do município, Ricci (2006) revela que o capital inicial demandado por esta iniciativa industrial em Taubaté não foi homogêneo, ou agrário em sua totalidade, até porque o capital cafeeiro, assim como o seu próprio cultivo na cidade, entra em decadência, buscando os fazendeiros a valorização por insistência na própria lavoura. Os capitais industriais, portanto, também foram originários em setores urbanos.

São de alto grau de importância outras contribuições e heranças do café para a emergência da economia industrial do município. A mão de obra liberada, que outrora fora escravizada, poderia constituir, em algum volume, um mercado consumidor, ainda que muito limitado e pequeno. Em sentido amplo, esta mão de obra desqualificada e pobre será disciplinada para o trabalho a partir de uma relação contratual paternalista, sendo na indústria a garantia do assalariamento, que no limite garantia a subsistência. Outro legado relevante do café para fortalecer as condições para a industrialização foi o desenvolvimento de uma infraestrutura, que estava longe daquela dos países desenvolvidos, porém internamente era a mais compatível com a necessidade do novo modelo de acumulação.

Foi no século XX que o Brasil realizou sua revolução industrial, ou revolução capitalista, como quer Bresser-Pereira (2015). Relevante para romper o ciclo agrário-exportador, foi limitante espacialmente ao concentrar-se em um pedaço do território brasileiro, impondo desigualdades intrarregionais, como aponta Silva (2019). De acordo com Vieira:

São Paulo, com uma estrutura mais diversificada, maior capital disponível, tecnologia, mão de obra qualificada e mercado consumidor, em 1950,

conforme dados do censo industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, era responsável por mais de 50% da produção industrial do país. A maior parcela da produção, em quase todos os ramos, exceto a produção alimentícia, estava localizada na capital paulista (2009, p. 80).

Foi neste contexto de nacional-desenvolvimentismo que Taubaté e todo o Vale do Paraíba Paulista, posição geoestratégica entre São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolveram-se industrialmente de modo mais robusto a partir da década de 1950, sobretudo a partir da década de 1970, momento em que a deseconomia de aglomeração se impõe à cidade de São Paulo, resultando em uma desconcentração industrial, a partir da capital, porém concentrada dentro de um raio de aproximadamente 200 quilômetros (ABDAL, 2015), incluindo nele a região do Vale do Paraíba. Neste sentido, é tarefa difícil precisar o início da industrialização em Taubaté, o que se pode afirmar com clareza é a sociedade urbana-industrial se impondo sobre outros setores econômicos na cidade no decorrer do século XX. Desse modo, o uso do território se modificou mais uma vez.

O balanço deste recuo histórico, que diz muito sobre os diferentes usos do território taubateano, impõe desafios e reflexões no sentido de identificar a importância do rio Paraíba do Sul para cada período aqui dissertado. Neste sentido, o rio Paraíba do Sul não tem seu passado posto em letras a partir de uma perspectiva relacional com a sociedade que nele e com ele se desenvolve. Trata-se de centralizar o rio no território que historicamente foi palco de diferentes vetores econômicos, sociais e ambientais.

### **3. O RIO PARAÍBA DO SUL SOB OLHAR DA IMPRENSA PERIÓDICA**

Com a emergência do século XX na região do Vale do Paraíba (trecho paulista e fluminense), já se conhecia uma abertura à dinâmica do crescimento populacional e, por conseguinte, expansão da urbanização. O surto cafeeiro, somado a alternativas industriais, encarregaram-se de movimentar e oxigenar novos e variados usos da terra, inclusive naquelas diretamente relacionadas ao rio Paraíba do Sul.

Nesse início de século, as representações atribuídas ao Paraíba do Sul pela imprensa, nomeadamente pelos jornais *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e *Correio Paulistano*, de São Paulo, eram de natureza informativa e, no limite, com aportes técnicos. Tratava-se de serviços que visavam à divulgação do nível do rio, ora “subindo”, ora “descendo”, com registros de recortes de trechos do rio que, normalmente, eram referenciados por municípios, para informar os leitores sobre a situação das águas da bacia. Importante ressaltar o descompasso que existia entre a dinamicidade do rio e a sua representação diária nos periódicos, uma vez que considerando a rotina diária de veículos impressos, não conseguiam contemplar a dinamicidade da situação das águas do rio, representado-a, certamente, com atraso nas edições. Cheias e vazantes eram variáveis que não respondiam ao tempo da impressão dos jornais.

Podemos observar nas figuras 2 e 3, trechos do jornal *Correio da Manhã* que ilustram a caracterização do Paraíba do Sul durante a década de 1920, marcada como uma prestação de serviço à população ao informar a situação do nível da água do rio, ainda que pudesse, eventualmente, ocorrer algum grau de inconformidade com a instantaneidade do rio.

Figura 2 – Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul.

**ESTADO E TENDENCIA DO NIVEL, DAS AGUAS DOS RIOS**

**Rio Parahyba do Sul (dia 7) —**  
Baixando entre Guararema e Caçapava e Barra do Pirahy, Porto Novo do Cunha e Campos; subindo em São Fidelis e estacionario no resto do curso.

Fonte: *Correio da Manhã*, 8 set. 1928, p. 4.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

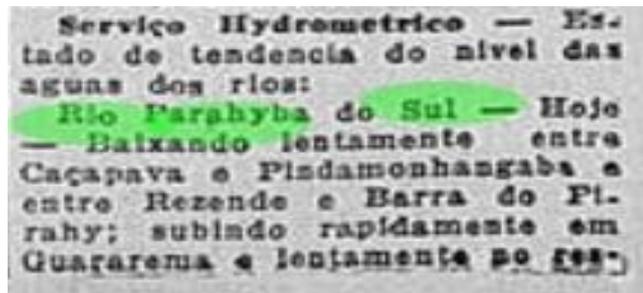
Figura 3 - Informe sobre o nível das águas do rio Paraíba do Sul.

**Rio Parahyba do Sul (dia 3) —**  
Subindo lentamente em Guararema, São Fidelis e Campos; estacionario em Jacareijy, Caçapava e entre Cachoeira e Barra do Pirahy; baixando no resto do curso.

Fonte: *Correio da Manhã*, 4 set. 1928, p. 4.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

Nas edições do *Correio Paulistano*, constata-se a presença dos chamados “serviços hydrometricos” conforme ilustrado na Figura 4. A publicação veicula determinadas condições de cheias e vazantes do Paraíba do Sul em cidades cortadas pelo seu leito. Expõe, deste modo, um enquadramento do rio para situar a população local da sua imprevisibilidade, assim como fonte de orientação para aqueles que direta ou indiretamente, convivem com ele.

Figura 4 – Informe do então chamado “serviços hydrometricos” no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio Paulistano*, 20 mar. 1927, p. 1.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

Em relação ao jornal carioca *Correio da Manhã*, na década de 1920, foram encontradas 138 ocorrências de menções ao rio, que apresentam informações sobre o comportamento do nível dele. Na década de 1930, foram identificadas 166 do mesmo teor e, nos anos de 1940, 40 episódios da mesma espécie. No *Correio Paulistano* foram encontradas, para as décadas de 1920, 1930 e 1940, respectivamente, 196, 116 e 11 ocorrências, todas elas publicando diariamente as particularidades do rio. Percebe-se que, a partir da década de 1940, em ambos os veículos de comunicação, há uma diminuição do volume deste tipo de serviço prestado pelo jornal, permitindo a requalificação da representação do rio pela imprensa, como será mostrado posteriormente.

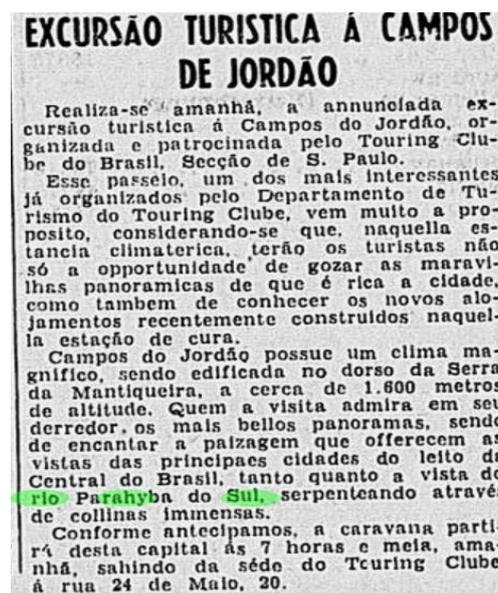
Salienta-se que nenhuma ocorrência foi constatada no *Correio Paulistano* na década de 1900, diferentemente do *Correio da Manhã*, que registrou um editorial que problematiza a concessão das águas do Piraí (afluente do rio Paraíba em trecho fluminense) para a *Light and Power*. Já para a década de 1910, nenhuma menção foi observada no *Correio da Manhã*, enquanto no seu análogo paulista, encontrou-se uma resolução do Senado Federal que negou a liberação de verba para a realização

de obras no Paraíba do Sul, no trecho correspondente aos municípios de Campos e São Fidelis à foz do rio, objetivando propiciar a navegação.

Na década de 1930, precisamente em 1938, no *Correio Paulistano*, foi publicado um artigo em comemoração aos cento e cinquenta anos de elevação de Lorena da categoria de vila para município (*Correio Paulistano*, 6 nov. 1938, p. 7). Naquele contexto, com a escassez de equipamentos urbanos, foi o Paraíba do Sul, referenciado como “glorioso”, o elemento de orientação e referência para apontar a localização da cidade. Nota-se o empoderamento geográfico do rio, assim como de um elemento natural notório na paisagem. Logo, percebe-se não apenas a exaltação da cidade, mas também do Paraíba do Sul como ente natural participativo e integrador da paisagem, uma vez que a cidade “está construída a margem direita desse rio” (*Correio Paulistano*, 6 nov. 1938, p. 7).

No mesmo jornal, em 1940, um anúncio de uma excursão a Campos do Jordão é publicado e, mais uma vez mais, evidencia-se uma exaltação, ainda que em poucas palavras, do rio Paraíba do Sul. Ali, destacou-se a possibilidade de prestigiar o leito do rio, somado à vida que o cerca, uma vez que tal conjunto estava “cortado” pela rodovia que ligava o Vale ao município de Campos do Jordão. Na figura 5, é possível observar o anúncio:

Figura 5 – Excursão turística a Campos do Jordão passando pelo rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio Paulistano*, 23 ago. 1940, p. 11.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

Em mesmo ano e jornal, observe-se outro anúncio de mesma natureza, novamente evidenciado as qualidades naturais do rio Paraíba do Sul. Tal anúncio é observado na figura 6:

Figura 6 - Excursão turística a Campos do Jordão passando pelo rio Paraíba do Sul.

**EXCURSÃO TURÍSTICA A CAMPOS DE JORDÃO**

**A "SUISSA BRASILEIRA" APRECIADA PELO ASPECTO DO HYDRO-CLIMATISMO E TURISMO**

Agora que o problema do hydro-climatismo está movimentando as classes medicas e scientificas do pais, que no II Congresso Nacional de Hydro-Climatismo, a realizar-se em setembro proximo, no Rio de Janeiro, apresentarão os seus pareceres relativamente ao magno problema do condicionamento hygienico das nossas estações de cura climatica hydromineral, bastante oportuna é a iniciativa do Touring Clube do Brasil, secção de São Paulo, organizando uma excursão á estância climaterica de Campos do Jordão.

Sendo Campos do Jordão uma das nossas mais importantes estancias de cura e prophylaxia das doenças do aparelho respiratorio, ferozmente será discutido esse seu fello nos debates que então serão travados na capital do pais.

Não obstante, acceleram-se os trabalhos de melhoramento das condições de hospedagem em Campos do Jordão: tanto do ponto de vista de hygiene como o conforto, já tendo sido realizados servicos notaveis nesse sentido. Um desses servicos é, incontestavelmente, o que vem de ser acabado e que os participantes de excursão terão oportunidade de conhecer. Trata-se dos novos alojamentos da Villa Umarama, que serão então inaugurados.

Campos do Jordão, porém, não é apenas uma estação climaterica. E', além disso, como o seu proprio nome indica, uma das mais pittorescas cidades do nosso Estado, situada que fica nas fraldas da Mantiqueira, edificada numa região de colinas verdes, no centro, quasi, de um dos mais importantes systemas fluviales deste Estado. Seus arredores, por isso mesmo, apresentam os mais bellos panoramas e é maravilhosa a impressão que o turista recolhe ao abrir-se-lhe aos olhos o extenso valle sulcado pelo fio de prata que é o sinuoso rio Parahyba do Sul.

Campos do Jordão, por tudo isso, não se recommenda não somente aos que soffrem de molestias pulmonares. Procuram-na, tambem, as pessoas que simplesmente necessitam de repouso, após mezes consecutivos de trabalho intenso nas cidades.

Foi, pois, tendo em conta os dois motivos — a terminação dos referidos trabalhos de alojamentos e o fello turístico de Campos do Jordão, que o Touring Clube, cumprindo o seu programma social e turistico, organizou essa viagem recreativa áquella cidade.

O programma elaborado para essa excursão é o seguinte:

No proximo sabbado, dia 24, partida desta capital, ás 7 horas e meia: chegada a Campos do Jordão; almoço em Villa Umarama: visita aos bosques, Fonte da Juventude, Mirantes das Montanhas e Alto das Águas. A' tarde, passeio ao Itamurama, de onde se avista todo o Valle do Parahyba do Sul, desde Guaratinguê até Taubaté.

Dia 25, de manhã, passeio em automoveis ao Alto da Raia, onde será construído o Palacio do Governo, a Fonte São Simão e aos Morros do Espirante e Homem-Morto.

A' tarde, visita á Itapêva, de onde se descortinam o Valle do Parahyba e grande numero de cidades paulistas.

O horario de regresso a São Paulo será facultativo entre domingo á tarde e segunda-feira de manhã.

Fonte: *Correio Paulistano*, 21 ago. 1940, p. 5.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

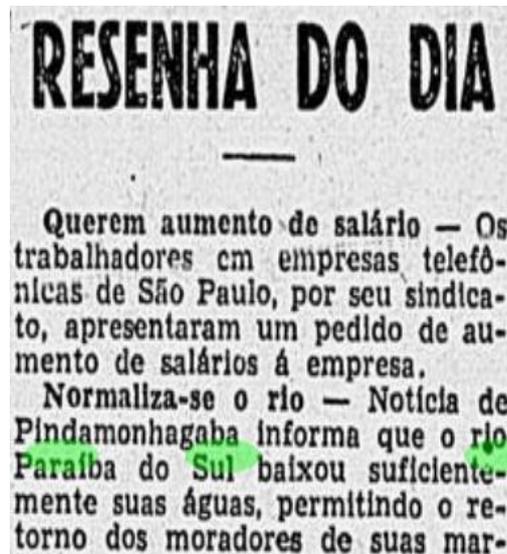
A urbanização, com seus elementos modernizantes e dinâmicos no decorrer do século XX, assume o ritmo de expansão em velocidade e volume maior a partir da própria dinamização da sociedade brasileira, que se transformava como resultado do projeto industrial e de mudanças demográficas acompanhando a ideia de “progresso”.

O meio natural passa a ser substituído, agora com maior fluidez, pelo meio técnico, com a introdução de objetos e ações, até então estranhos à realidade natural da bacia hidrográfica. Conforme pontua Santos:

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade (2006, p. 233).

Nesta lógica, o surgimento de núcleos ou manchas de povoamento no interior da bacia, em proximidade com ou nas margens do leito do Paraíba do Sul, aponta para a eleição de um novo meio, agora tecnificado, modificado, ou melhor, em transformação, até porque a própria ideia de reprodução da vida necessita de instrumentalização do espaço, como, por exemplo, o desenvolvimento de certo tipo de agricultura. A figura 7 delata uma proximidade do rio com moradores de suas margens, que na impossibilidade de controlá-lo em épocas de maior pluviosidade, migra para outros espaços inatingíveis pela cheia. Este último fato, inclusive, será motor para acelerar a tecnificação do meio, objetivando um convívio mais domesticável com o rio.

Figura 7 – Informe sobre o nível das águas no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio da manhã*, 21 ago. 1947, p. 2.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

Destaca-se que a inundação é uma construção social, diferente da cheia que é uma dinâmica exclusivamente natural que compõe o conjunto de funcionamento e lógica da fluidez e existência de um rio (SANTOS, 2014). Santos, que denuncia a apropriação precária e antiambiental do rio Tietê pela cidade de São Paulo, comenta em relação a este rio que:

O fluxo e refluxo das águas nas várzeas era uma característica natural das cheias, através da qual as águas extravasam o chamado leito menor e atingem o leito maior. A transformação da cheia em enchente ou inundação encontra-se um de seus fatores geradores no momento em que a interferência humana passa a agir sobre essas áreas, ocupando-as, impermeabilizando-as e, conseqüentemente impondo-lhes limites antes

inexistentes. No caso das águas, ao encontrar limites impostos pelos homens, elas acabam por gerar prejuízos materiais e humanos. Trata-se de um fenômeno socialmente construído (SANTOS, 2014, p. 16).

Em março de 1947, o jornal *Correio da Manhã* evidencia algo que mais parecia uma rotina: as constantes inundações nas margens do Paraíba do Sul, como mostrado na figura 8:

Figura 8 – Alerta de inundações nas margens do rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio da manhã*, 16 mar. 1947, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jorge (2007) corrobora com a ideia exposta anteriormente, já que pesquisou a relação histórica existente entre o rio Tietê e a cidade de São Paulo. Assim, esclarece como o rio foi se relacionando com a capital paulistana dentro do contexto de transição acelerada do meio natural para o meio técnico e técnico-científico-informacional, investigando como aquele tipo de urbanização, a saber, elitista, rápida e banhada por segregação socioespacial, projetou o rio dentro da própria cidade. Como resultado, já no início do século XX, “a degradação do Tietê não só se confirmou, como também superou todas as expectativas” (JORGE, 2007, p. 34).

Não se espera aqui abrir um campo de comparação do Tietê com o Paraíba do Sul, pois são realidades irreproduzíveis. Trata-se, portanto, da busca por inspiração para contextualizar o período histórico marcado pela proposição que

vocalizava os elementos da bacia hidrográfica como barreiras naturais a uma maior intervenção do homem sobre o meio, quer dizer, o aprofundamento do meio técnico. Ainda que os periódicos da época tivessem o propósito de orientar seus leitores sobre a condição das águas municipais, já particularizava o rio como variável que, eventualmente, poderia oferecer algum risco à população.

Contraditoriamente, ao passo que um olhar cuidadoso por parte da imprensa recaí sobre o rio com o objetivo de enquadrá-lo, em outra perspectiva nota-se a dependência das cidades que se expandiram a partir dele. Estar próximo do seu caudal, ou até mesmo na planície de inundação, é uma escolha que revela o papel desse fluxo de água superficial, seja para abastecimento urbano, depuração de esgoto, ou lançamento de resíduos resultantes de atividades econômicas.

João Vampré<sup>5</sup>, em 1945, assina um artigo de opinião no *Correio da Manhã* intitulado *Aspectos paulistas e fluminenses – rio Paraíba do Sul* (*Correio da Manhã*, 25 fev. 1945, p. 40). No texto, o autor, para além de caracterizar e pontuar a geologia, a geomorfologia e os aspectos hídricos da bacia hidrográfica, reforça a ideia que “ocupa o rio Paraíba singular posição no mapa do Brasil. E não menos importante é o seu papel na história deste país”. Confronta com aquela ideia do rio como objeção ao progresso urbano. Nesse sentido, podemos aferir que uma nova perspectiva se vislumbra sobre o rio Paraíba do Sul, a partir da década de 1950, sob o crivo da imprensa, sobretudo a fluminense.

Nos anos de 1950, as fontes consultadas indicam o anúncio de novas preocupações e dilemas que envolvem as águas do Paraíba do Sul. Em alguns momentos dessa década, observa-se em relação a tais preocupações e dilemas certa convergência e também um distanciamento entre os periódicos fluminenses e paulistas. Como representante de classes distintas, que eventualmente podem convergir nos interesses, os jornais alimentam e expõem um debate que abre a segunda metade do século XX, consistindo, sobretudo, em temas ligados à questão energética, a crise hídrica do início dos anos de 1950 e a polêmica transposição das águas do Paraíba do Sul para a efetivação da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba.

---

<sup>5</sup>Nascido na cidade de Estância, Sergipe, em 1868, fez sua trajetória profissional como jornalista e historiador de costumes, escrevendo principalmente nos jornais: *Diário Popular*, *Comércio de São Paulo*, *Correio de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *Estado de São Paulo*. Faleceu em 1949.

Em 1921, a empresa *Ligth and Power Company*, monopólio privado responsável pela produção e distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo iniciado suas atividades na virada do século XIX para o século XX, havia aberto os estudos para a criação da Usina Hidrelétrica de Caraguatubá, necessitando, deste modo, da transposição de águas do Paraíba do Sul para a vertente oceânica.

Não se constatou nos anos e décadas imediatas a tal estudo a repercussão na imprensa, especialmente na fluminense, que a partir da década de 1950, com demasiado apelo, fez-se conhecer a ideia da transposição, bem como a construção da narrativa de uma tragédia anunciada para o Rio de Janeiro caso o Paraíba do Sul fosse transposto em terras paulistas.

Na figura 9, nota-se o tom apelativo do jornal *Correio da Manhã*, defendendo o cancelamento do projeto de transposição do rio:

Figura 9 – A polêmica transposição das águas do rio Paraíba do Sul em Caraguatubá.

**AMEAÇADA A ECONOMIA FLUMINENSE COM O DESVIO DO RIO PARAÍBA**

**Cidades sem água e indústrias sem energia — Os resultados não correspondem aos danos — O presidente do Conselho Nacional de Economia alerta a Nação**

CAMPOS, 28 (Apt). A comissão municipal, de Campos, reuniu-se na sala de sessões da Câmara, redida especialmente para esse fim, representantes de todas as classes sociais para tomarem conhecimento de uma carta dirigida pelo dr. Edgard Teixeira Lello, do Conselho de Economia Nacional, sobre o projeto do novo desvio do rio Paraíba em São Paulo, a qual virá prejudicar grandemente este município. Falaram diversos oradores sobre o importante assunto, depois da explanação feita pelo dr. Barcelos Martins, governador da cidade, que além da carta, leu igualmente, importante trabalho do dr. Edgard Teixeira Lello.

Ficou então resolvido que fosse nomeada uma comissão de representantes de todas as classes para ir entender-se com o presidente da República, com o ministro da Agricultura e também com o governador do Estado do Rio sobre o perigo que ameaça o Estado, principalmente a região do baixo Paraíba, cujo nível já é assustador.

A referida comissão é composta por elementos destacados, da qual faz parte o dr. Edgard Teixeira Lello.

**O RIO PARAÍBA NA ECONOMIA FLUMINENSE**

No seu trabalho, o presidente do CNE afirma: "O Rio Paraíba e o Estado do Rio estão, de tal modo entrançados, na sua história, e tal sua importância econômica e social em suas próprias regiões, sem mencionar outras fontes de energia hidrelétrica da bacia. Vale mencionar, pela sua significação, as corredeiras próximas a Sapucaia, com 400 kw, e Simplicio, no limite com Minas, com 250,000 kw.

Outro aspecto favorável da plataforma industrial fluminense, é a possibilidade de recrutamento de mão-de-obra especializada, dada a proximidade de duas grandes capitais e também a existência de vida social em toda a região. Este conjunto de fatores criou para o Vale do Paraíba, condições de futuro. E dentro de poucos anos, sem sombra de dúvida, será a Renânia sul-americana.

**DESVIO CALAMITOSO**

Todas estas condições altamente favoráveis, irão entretanto ser tremendamente destruídas, se se concretizar a ameaça de mais um desvio de águas do Rio Paraíba, em face da concessão paulista.

Em consequência do regime predatório da exploração da terra, rapidamente foram destruídas na maior parte da bacia do Paraíba — curso principal e afluentes — as florestas naturais que protegiam as suas nascentes, as suas preciosas fontes formadoras, rios, riachos e ribeiras. O pouco que ainda existe, continua a ser impiedosamente arrasado. Sem a presença desta mata vegetal protetora, que atenua o ímpeto das chuvas, evi-

**PREJUIZO TAMBÉM PARA O DISTRITO FEDERAL.**

Desta forma o Rio Paraíba se transformará, de rio permanente, em rio temporário, como os da região semiárida, cortando naquilo que trecho.

Diz-se que ele recebe, mais abaixo, outros formadores, que aliviam esta situação. Mas, no trecho prejudicado, de Rezende a Barra do Piraí, haverá extrema escassez justamente onde se está criando importante parque industrial, com crescente demanda de água.

Cumpre ainda salientar que o potencial de energia hidrelétrica ainda explorável no Rio Paraíba irá ser seriamente prejudicado — e de modo irreparável — com a transposição de trinta metros cúbicos de água do vale para a vertente oceânica. E este prejuízo tremendamente afetará não apenas o Estado do Rio, mas a própria capital da República, prejudicando não só as instalações em funcionamento, como as que estão em projeto, como as quedas de Sapucaia e Simplicio, em via de aproveitamento.

O Distrito Federal depende, cada vez mais, do histórico rio, para suprimento de energia elétrica, para a sua crescente indústria e os variados usos domésticos de uma grande metrópole.

A não ser a contribuição do Ribeirão das Lages, e de pequenas usinas termoeletricas, toda a província do Paraíba, estando previstos novos aproveitamentos, já mencionados, de Sapucaia e de Simplicio, para atender às neces-

Fonte: *Correio da manhã*, 01 mar. 1955, p. 4.  
 Hemeroteca Digital Brasileira.

No editorial, parcialmente reproduzido no presente trabalho, eleva-se uma campanha permeada por discursos políticos, econômicos, técnicos, que objetivaram consolidar a retórica da vitalidade da vazão do Paraíba do Sul para a sociedade fluminense. Reconheceu-se um sistema que se retroalimentava, ou seja, rio-sociedade, que quando perturbado por forças externas poderia comprometer ainda mais o sistema.

Conforme ressalta Coelho, “na década de 1950, a empresa desistiu do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba. Em 1979, foi elaborado para a CESP outro estudo de uma usina hidrelétrica reversível em Caraguatatuba, que também não foi realizada” (2012, p. 215). Segundo o jornal *Correio da Manhã* (6 set. 1957, p. 14), o presidente da República da época revogou o decreto de concessão do desvio das águas do Paraíba do Sul. Na figura 10, é possível acompanhar a notícia do sucesso do empreendimento dos fluminenses:

Figura 10 – Cancelamento do projeto da construção da usina hidrelétrica em Caraguatatuba.



Fonte: *Correio da manhã*, 06 set. 1957, p.14.  
Retirado da Hemeroteca Digital Brasileira.

Conforme mostrado por Ferreira (2015), transposições das águas do Paraíba do Sul já são realidade desde 1952, quando iniciada a transposição das águas deste rio para o Guandu, em Barra do Piraí (RJ). No mesmo trabalho, o autor polemiza o

projeto, hoje realidade, de transposição das águas do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, ou seja, ligação da represa de Jaguari ao reservatório de Atibainha. Tal projeto resulta da “crise hídrica” que atingiu o estado de São Paulo em 2014. Vale lembrar que outras regiões brasileiras também sofriam de períodos maiores de estiagem nos anos anteriores, sobretudo a região Nordeste.

Toda realidade de transposição do Paraíba do Sul invoca o fato deste rio ser Federal. O estado fluminense é o que apresenta maior dependência em relação a ele, contrapondo-se, portanto, a qualquer projeto de desvio de água à montante, pois, segundo ele, significaria produzir uma insegurança hídrica no abastecimento nos trechos à jusante do rio, abalando o território fluminense, uma vez que a bacia do Paraíba do Sul abrange 63% da área total do estado (FERREIRA, 2015).

Ao mesmo tempo em que a imprensa alimenta e vocaliza este conflito federativo histórico, evidencia a “crise hídrica” como resultado de crises de gerenciamento dos recursos, ainda que possa se verificar ciclicamente ocorrências de estiagens na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.

Venturi explica que tal condição resulta “da falta de visão sistêmica que nos ensina que uma bacia hidrográfica deve ser gerida no seu conjunto, independentemente das suas fronteiras políticas” (2021, p. 277). Nessa perspectiva, ainda nos anos de 1950 e subsequentes, observa-se na mesma imprensa o debate sobre os períodos de estiagem e a construção de cenários de inviabilização dos múltiplos usos atribuídos às águas da bacia.

Para Venturi, “não há crise hídrica natural” (2021, p. 239), especialmente em um país que possui aproximadamente 12% da água doce líquida do planeta. Dessa forma, falar em estresse hídrico no Brasil, sobretudo em São Paulo, delimita uma construção social, fruto de ações ou inações que competem ao planejamento e gerenciamento de recursos hídricos. Essas ideias colaboram na construção do pensamento das sucessivas “crises hídricas” que se instalaram no estado durante o século XX e início do século XXI.

Ferreira (2015) contabilizou oito períodos de estiagens na vazão natural média dos reservatórios do rio Paraíba do Sul entre os anos de 1933 e 2014. Nas décadas de 1950 e 1960, foi intenso o debate na imprensa sobre a falta de chuva e,

por conseguinte, comprometimento na geração de energia elétrica via pequenas usinas hidrelétricas instaladas no trecho superior e médio da bacia.

Na figura 11, observa-se uma notícia do *Correio da Manhã* (25 set. 1963, p. 12) que condiciona um apagão no Rio de Janeiro ao fato de não ter ocorrido chuva sobre a bacia hidrográfica:

Figura 11 – Relação entre a chuva e a geração de energia elétrica no rio Paraíba do Sul.

## SEM CHUVA RIO FICARÁ NO ESCURO

O engenheiro Pacheco da Velga, chefe da seção de Hidrologia e diretor substituto da Divisão de Águas do Ministério das Minas e Energia, disse ontem que se não chover dentro de 20 dias na bacia do rio Paraíba do Sul, a represa de Santa Branca vai se esgotar e a Guanabara terá que ser submetida ao racionamento de energia, conforme já foi anunciado pelo almirante Miguel Magaldi.

Comentando a questão da estiagem, disse que a vazão média atual do Paraíba do Sul, regularizada pela represa de Santa Branca, em São Paulo é de 120 metros cúbicos por segundo. Se continuar a seca, a represa vai se esgotar e não poderá mais regularizar a vazão do Rio, que se tornará muito baixa. Disse que o ano em curso assemelha-se ao de 1955, considerado o mais seco dos últimos 40 anos.

### REDUÇÃO

Assegurou o sr. Pacheco que o rio Paraíba do Sul alimenta as usinas geradoras de eletricidade abastecedoras da Guanabara e apresenta no corrente ano uma acentuada redução de vazão. O seu regime caracteriza-se por um período de estiagem que vai de abril a setembro; e um período de cheias, de outubro a março.

As maiores descargas em sua bacia — adiantou — ocorrem de dezembro a março, reguladas pelas intensas chuvas que caem nesse período. No ano em curso ocorreram anomalias. As chuvas foram de pequena intensidade em fins de 1962 e em janeiro do corrente ano. A partir da segunda década de fevereiro cessaram inteiramente. Como consequência, o rio diminuiu rapidamente e seu deflúvio a partir daquela data acarretou a situação presente.

### DIVERGÊNCIAS

As divergências de dados sobre o fornecimento de energia de Furnas a S. Paulo não puderam ser esclarecidas ontem pela Rio-Light. Furnas assegura que fornece diariamente 135.000 kw de energia à São Paulo Light, em Terminais Norte, enquanto que a Rio-Light informa que somente ontem passou a sua congênera de São Paulo a receber de Furnas mais de 100.000 kw e por isso deixou de reforçar com 25.000 kw o Sistema Rio, agravando a situação do fornecimento de energia para o carioca.

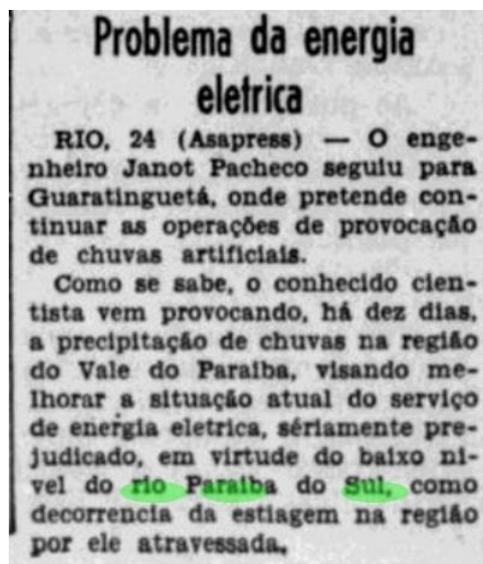
Fonte: *Correio da manhã*, 25 set. 1963, p.1 2.  
Hemeroteca Digital Brasileira.

Nesse caminho, nota-se que a abertura da segunda metade do século XX e as primeiras décadas que a acompanham impõe a construção de uma narrativa que busca conciliar a segurança energética com o regime de chuvas da região, claramente em função da já identificada vocação industrial do Vale do Paraíba. Ou seja, buscava-se atribuir “crises hídricas” e consequentes problemas energéticos às variações do comportamento dos elementos naturais. Tal discurso esbarrava na noção que torna o conceito de crise hídrica sem efeito, uma vez que se entende que os padrões climáticos não são imutáveis, podendo, portanto, apresentar anomalias de forma cíclicas, cabendo ao poder público antecipar possíveis situações de estresse hídrico por meio de uma agenda de gerenciamento das águas da bacia hidrográfica.

Constatou-se a diminuição no volume de chuva, conforme visto na figura 11, e não é razoável atribuir a este fator um possível racionamento de energia ou de água. Com frequência, observa-se o poder público e empresas de geração e distribuição de energia produzindo um jogo de palavras de culpabilidade das condições climáticas como cortina de fumaça para a ineficiência no planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos (VENTURI, 2021).

O jornal *Correio Paulistano* também se insere no debate energético a partir das águas do Paraíba do Sul e reflete também em seus períodos as repercussões dos momentos de estiagens. A figura 12 noticia uma solução artificial para amenizar a estiagem enfrentada pelo rio no ano de 1953:

Figura 12 – Chuvas artificiais na bacia do Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio da manhã*, 25 ago. 1953, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

Claramente, não se observou o mesmo número de citações sobre a questão energética nos períodos do jornal paulista em relação ao jornal fluminense. A problemática de enfrentamento de racionamentos e de possíveis apagões tornou-se mais evidentes para o Rio de Janeiro que, segundo a imprensa, seria o mais severamente impactado pela situação do rio. Para além da dimensão da alimentação das usinas hidrelétricas, não se constatou nos periódicos desdobramentos das mesmas estiagens nos outros usos múltiplos do rio. Portanto, desconhece-se a repercussão mais genérica dos períodos em que o Paraíba do Sul esteve aquém de suas capacidades máximas.

Discorrendo ainda na década de 1950, apurou-se nos periódicos referências a outros significados e funcionalidades atribuídos ao rio, como a questão da pesca e da religiosidade. A pesca sempre fora uma atividade praticada com o objetivo de abastecimento de alimento, inclusive pelos nativos que habitaram as terras valeparaibanas por séculos passados. Essa atividade passa a sofrer perturbações com a introdução de elementos e técnicas que visavam disciplinar as variâncias do rio, sobretudo objetivando controlar sua vazão e inserção na lógica energética.

Em 1957, um artigo de opinião intitulado *Produção de pescado no Vale do São Francisco*, assinado por Rui Simões de Menezes (*Correio da Manhã*, 1 dez. 1957, p.109), engenheiro agrônomo e biólogo, salientou-se intervenções utilizando técnicas e processos estranhos à lógica natural do rio Paraíba. Ali, a bacia do Paraíba do Sul foi usada como parâmetro comparativo de consequências diretas sobre o pescado, depois de obras de engenharia. Sobre a situação atual dos peixes, Patriani e Cunha dizem que:

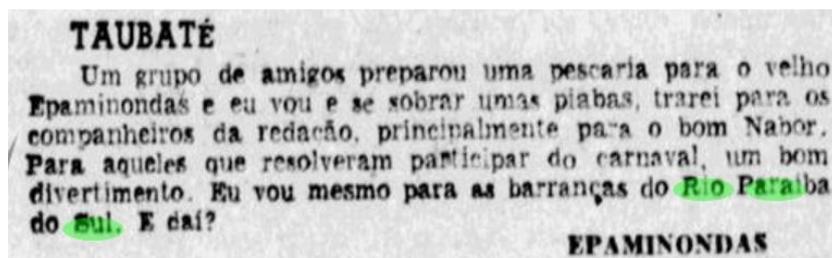
O problema é encontrá-los nestas águas, principalmente no trecho lento, baixo e sinuoso entre Jacareí e Taubaté, que corresponde justamente à região mais densamente povoada. Por aqui só nadam tranquilamente os peixes exóticos que vieram de fora, como o tucunaré, trazido do Rio Amazonas, dominante nas represas, e a tilápia, oriunda da África, que devora os ovos dos combatidos lambari, piaba, cascudo e bagre (2010, p. 54).

É importante pontuar o que Teixeira *et al.* (2005) expõem sobre a diversidade de peixes no Paraíba do Sul. O rio não está morto para a pesca, pelo contrário, como dizem os autores:

O rio Paraíba do Sul, apesar de toda sua história de alterações ao longo de mais de quatro séculos de exploração e de sua localização entre os maiores centros urbano-industriais do país, ainda é depositário de uma biodiversidade relativamente elevada (TEIXEIRA *et al.*, 2005, p. 354).

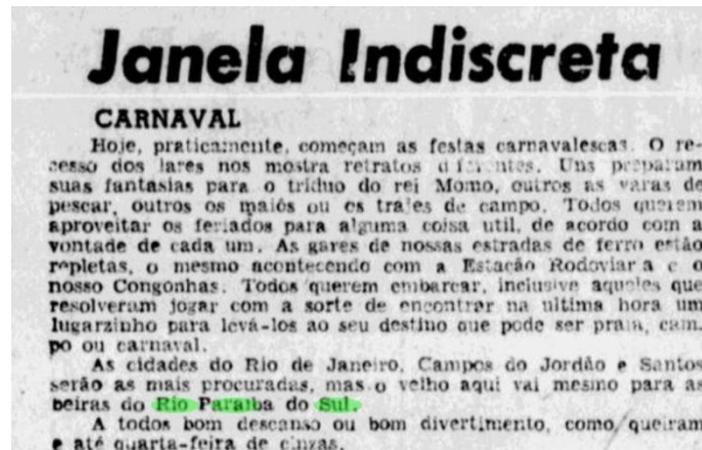
Na década de 1960, identificaram no jornal *Correio Paulistano* dois recortes que possibilitam apurar o rio como espaço de lazer e, igualmente, da pesca. Ainda que não estejam entre as narrativas hegemônicas da imprensa naquele período, essas constatações corroboram na construção da ideia do rio como parte integradora da sociedade. Além disso, o rio retoma a noção de conectividade entre os sujeitos, ou seja, entre o corpo d'água e a cidade. As figuras 13 e 14, que representam os recortes refletidos anteriormente, ajudam a dialogar com tal perspectiva de análise:

Figura 13 – Pesca no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio Paulistano*, 4 mar. 1962, p.5.  
 Hemeroteca Digital Brasileira.

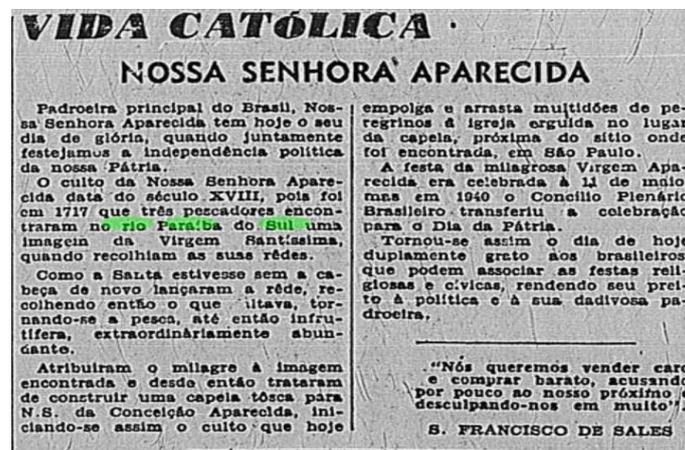
Figura 14 – Recreação no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Correio Paulistano*, 3 mar. 1962, p.5.  
 Hemeroteca Digital Brasileira.

A própria dimensão da religiosidade está diretamente ligada à pesca. Constatou-se apenas uma citação sobre esta temática, que data do ano de 1952, no jornal *Correio da Manhã*. O rio possui uma forte ligação com a história da Igreja Católica, uma vez que a imagem que representa a padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, ou simplesmente Nossa Senhora Aparecida, foi “pescada” por três ribeirinhos no Paraíba do Sul, nas redondezas do município de Guaratinguetá. A figura 15 ilustra a citação do jornal:

Figura 15 – Rio Paraíba do Sul e sua ligação com a Igreja Católica.



Fonte: *Correio da Manhã*, 7 set. 1952, p.10.  
 Hemeroteca Digital Brasileira.

Em 1951, no jornal *Correio Paulistano*, um editorial abre o debate que fortemente se ampliará nas próximas décadas: a questão ambiental do rio, para o rio, ou em volta do rio. Intitulado de *Início da batalha conservacionista pela recuperação do Vale do Paraíba*, o texto parece ser o alvorecer de uma preocupação que naquele momento para tal jornal visava “defender a terra contra os males da erosão e contra os abusos da agricultura pseudomoderna” (*Correio Paulistano*, 26 ago. 1951, p. 1). Uma campanha emerge entre os periódicos das décadas subsequentes, sobretudo na imprensa fluminense, bradando elementos como progresso industrial, qualidade da água e, de modo mais geral, questões ambientais que envolvem a bacia hidrográfica.

Como já apontado, o Vale do Paraíba do Sul busca uma nova inserção econômica a partir do início da segunda metade do século XX, se apropriando da nova lógica que orienta o projeto nacional de desenvolvimento, a industrialização. Nesse sentido, passa a ser caracterizado por uma transformação técnico-espacial que aprofunda a inserção da região no meio técnico e, em velocidade avançada, preparando-o para o meio técnico-científico-informacional. Uma nova marcha econômica se territorializa na bacia do Paraíba, reivindicando um novo olhar sobre ela.

Não se confirmou na imprensa paulista uma contínua campanha que vislumbrasse e alimentasse esse novo projeto econômico valeparaibano. Porém, foi na imprensa fluminense que, a partir dos anos de 1960, foi propagada a vocação inevitável da região, como mostrado em um editorial de 1960 do *Correio da Manhã*, intitulado *Núcleos de progresso substituirão cidades mortas no Paraíba*. Nesse texto, destaca-se o trecho que nele objetiva confirmar “a necessidade de disciplinar o aproveitamento e uso dos recursos naturais da bacia (água, solo e subsolo), a fim de acelerar o desenvolvimento da região” (*Correio da Manhã*, 1 jun. 1960, p. 10). Ou seja, cria-se um novo uso para o rio. Na figura 16, é possível observar o apelo ao chamado à nova ordem que se instalava no Vale do Paraíba a partir da segunda metade do século XX:

Figura 16 – A inevitável industrialização do Vale do Paraíba.



Fonte: *Correio da Manhã*, 6 dez. 1961, p.9.  
 Hemeroteca Digital Brasileira.

Importante ressaltar que era conhecida naquele contexto a convicção que condicionava o desenvolvimento urbano-industrial aos recursos hídricos do Paraíba do Sul. Uma resignificação é atribuída a ele, não meramente que resulte na conservação do rio para ele próprio, mas sim como garantia de confirmar o futuro econômico da região que alocou nesse caudal a imprescindibilidade. Tal pensamento está em harmonia com aquilo que Souza (2009) argumenta como uma necessidade do atual modelo econômico em reciclar os elementos naturais objetivando não a sua manutenção e conservação para as gerações futuras, mas sim do atual modelo de produção neoliberal.

É por este ângulo que melhor compreendemos a eloquente narrativa, sobretudo na imprensa fluminense, que passa a ser construída a partir das décadas de 1950 e 1960. A pauta ambiental começa a ocupar espaços nos periódicos, e em muitos deles explicitando a indissociabilidade entre desenvolvimento e conservação dos elementos naturais. Para além do editorial do *Correio Paulistano*, uma série de citações foi encontrada no fluminense *Correio da Manhã*. Neste segundo jornal, em 1965, um artigo de opinião assinado por Fuad Atala<sup>6</sup>, intitulado *Dia da conservação do solo*, disse sobre a questão ambiental que:

<sup>6</sup> Formado em biologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nasceu em 1933 no município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Fez carreira escrevendo nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio*, e nas revistas *Manchete* e *Seleções*. Faleceu em 2019.

O outrora fértil Vale do Paraíba do Sul, que corre entre São Paulo e Rio, a maior zona produtora de café no século passado, cuja produção sustentou mesmo a Guerra do Paraguai, está hoje transformando em pastagens paupérrimas, ácidas e esgotadas, invadidas pela sapé e outras pragas (*Correio da Manhã*, 18 abr. 1965, p. 23).

Ainda na década de 1960, como informa o mesmo texto, só havia em São Paulo um serviço de proteção do solo, o que confirmava um descuido com a questão até então. Vale lembrar que, para além do solo, outras variáveis também passaram a ser debatidas, como a qualidade da água, posto que a poluição do Paraíba do Sul passa a ocupar espaço relevante nos periódicos, assim como a questão das enchentes que, diante do novo projeto econômico do Vale do Paraíba, era tida como obstáculo para o progresso, portanto, deveria ser rapidamente domada pelas técnicas que a época dispunha.

Assim, é possível confirmar o lugar que o Paraíba do Sul passa a ocupar na imprensa paulista e fluminense nas décadas de 1950, 1960 e 1970, sobretudo nesta última que acentuou o discurso conciliatório entre conservação da bacia hidrográfica e o desenvolvimento econômico. Tais periódicos reproduziram um movimento maior presente no mundo, de forma mais sistematizada, a partir da década de 1970, mundialmente conhecido como desenvolvimento sustentável.

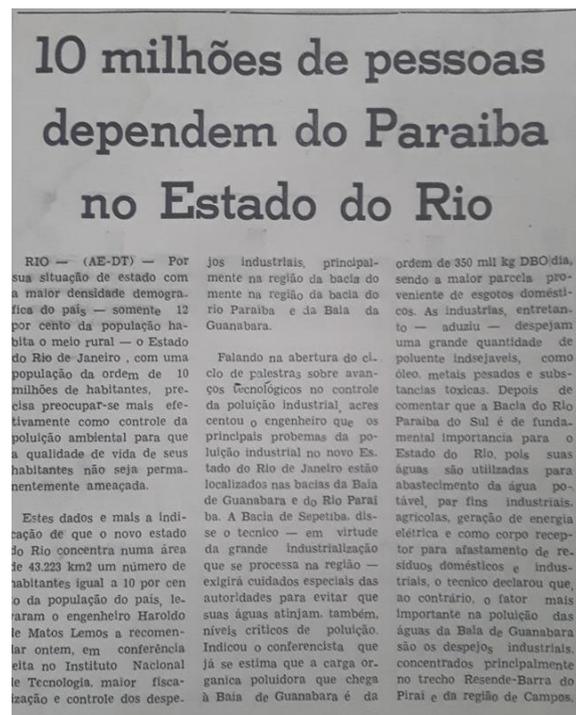
Em âmbito local, o jornal *Diário de Taubaté*, no decorrer da década de 1970, reproduz com certa intensidade o alerta sobre as questões ambientais. Importa ressaltar que a região valeparaibana, naquele momento, se submeteu e experimentou uma nova inserção econômica, agora no bojo da agenda industrial e, conseqüentemente, uma nova divisão social e territorial de trabalho.

A introdução de novos elementos modernizantes empurraram a região para um tratamento mais predatório com os seus recursos hídricos. Logo, é possível inferir que a transição para o meio técnico, e posteriormente para o técnico-científico-informacional foi acompanhada por maior comprometimento e aprisionamento do rio Paraíba do Sul. Desse modo, o jornal é convocado a pautar a agenda ambiental em suas edições, pois ao mesmo tempo em que o rio cumpre uma função de drenagem dos resíduos da marcha do progresso, é imprescindível para a continuidade dele.

Para melhor visualização e entendimento da análise aqui desenvolvida do jornal *Diário de Taubaté*, optou-se por recortes menores, ou seja, a arguição corresponderá a intervalos de um ano, dentro o intervalo maior, entre os anos de 1975 a 1980.

Para o ano de 1975, pontua-se sua incompletude em relação aos meses de publicação, uma vez que a hemeroteca consultada por esta pesquisa contemplava apenas as edições do mês de julho ao mês de dezembro. Isso não compromete o objetivo proposto, dado que foram localizadas 14 ocorrências sobre o Paraíba dentro do intervalo citado, sendo 10 delas pertencentes à agenda ambiental, mais precisamente sobre a poluição das águas do rio. A figura 17 reproduz a preocupação vocalizada pelo jornal:

Figura 17 – A grande dependência dos fluminenses das águas do rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Diário de Taubaté*, 2 out. 1975, p. 10  
Hemeroteca Antônio Mello Junior.

Buscava-se, também, entre as edições, apontar possíveis causalidades para tal situação comprometedor do rio. “Paraíba é um dos rios mais poluídos do mundo” (*Diário de Taubaté*, 17 jul. 1975, p. 6), expõe a urbanização acelerada e

dinâmica como motor principal de um relacionamento ambientalmente danoso com o rio. O periódico chega, inclusive, a problematizar o pescado na bacia, em razão da alta contaminação da água. O mesmo editorial complementa: “paradoxalmente, além de fornecer água para as espécies de consumo, o Paraíba recebe em troca todas as espécies de dejetos animais e despejos industriais praticamente *in natura*.”

O paradoxo qualifica a relação da urbanização com suas águas, pois ao mesmo tempo em que elas são predadas, também são acompanhadas de discursos que visam sua redenção e recuperação. A figura 18 auxilia compreender a imprescindibilidade desse recurso, naquele contexto marginalizado:

Figura 18 – Poluição no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Diário de Taubaté*, 16 jul. 1975, p. 2  
 Hemeroteca Antônio Mello Junior.

Ainda no mesmo ano, foram identificados dois editoriais envolvendo a navegabilidade no Paraíba do Sul. Em um deles, publicou o então deputado federal pelo Vale do Paraíba, Joaquim Bevilacqua, que defendia transformar esse caudal em uma espécie de hidrovía intermitente, ou seja, com três trechos navegáveis

(*Diário de Taubaté*, 2 out. 1975, p.6). Importante lembrar que para tal feito seria necessário a tecnificação do rio, isso quer dizer sistemas de engenharia que resultassem na navegabilidade, como problematizado pelo editorial. A retificação de um trecho do leito em Guaratinguetá também reforça a noção de novas técnicas aplicadas para a domesticação do rio (*Diário de Taubaté*, 4 set. 1975, p.9), sendo isso próprio do período técnico-científico-informacional.

A tendência a trazer à tona questões relacionadas à agenda ambiental prossegue com mesma força no ano de 1976. De treze ocorrências relevantes identificadas neste período, oito são relacionadas à integridade ambiental da bacia, as demais estão pulverizadas entre a questão de variação de chuvas na bacia, obras de infraestrutura e, por fim, uma ocorrência utilizando-se do Paraíba do Sul como parâmetro de localização para divulgar o progresso urbano do município de Guaratinguetá (*Diário de Taubaté*, 13 fev. 1976, p.1).

Com um editorial sob o título de *Paraíba, um rio que está morrendo* (*Diário de Taubaté*, 3 jan. 1976, p. 6), o jornal busca enfatizar os prejuízos ambientais desenrolados no rio e que, em alguma medida, acelerava a sua morte. Com isso, pontuou as repercussões negativas da construção de barragens sobre a diversidade de peixes, consequências da emissão de efluentes químicos no leito principal da bacia, assim como nos afluentes. Outro ponto de importância ressaltado no editorial foi o afastamento social e econômico dos pescadores. Com esse fator resultante do forte processo degradante do rio, ocorreu uma ligeira diminuição da variedade de espécies de peixes, inviabilizando a piscicultura. Sobre o assunto, chega a dizer o editorial que “os pescadores afirmam que os pernilongos estão se multiplicando cada vez mais porque milhões deles deixaram de ser devorados pelos peixes do rio Paraíba, um rio que está morrendo” (*Diário de Taubaté*, 3 jan. 1976, p. 6).

A poluição do Paraíba do Sul chegava a preocupar as autoridades do estado do Rio de Janeiro, uma vez que quase a totalidade do território fluminense é abastecido por ele. A figura 19 mostra o grau de alerta emitido, diante o comprometimento físico do rio:

Figura 19 – Poluição no rio Paraíba do Sul afeta o abastecimento no Rio de Janeiro.



Fonte: *Diário de Taubaté*, 31 jan. 1975, p. 1  
 Hemeroteca Antônio Mello Junior.

Nos periódicos do ano de 1977, foram encontradas dez ocorrências relevantes no jornal *Diário de Taubaté*, sendo seis ligadas à questão de poluição, duas sobre enchentes, e duas tratam de usos múltiplos das águas do Paraíba do sul. Percebe-se, novamente, uma hegemonia de um discurso corroborativo de preocupação com a continuidade de degradação das águas da bacia, justamente em um contexto de maior sensibilidade e ativismo no tocante ao meio ambiente. A figura 20 guarda uma gravíssima situação derivada da poluição do Paraíba do Sul:

Figura 20 – Contaminação dos peixes no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Diário de Taubaté*, 08 fev. 1977, p. 1  
 Hemeroteca Antônio Mello Junior.

A repercussão da alta carga de poluentes lançadas no leito do Paraíba do Sul chega à Câmara de Taubaté por meio do vereador Djalma Ribeiro Couto, que estimula a discussão sobre as condições do rio, bem como sua manutenção para o futuro (*Diário de Taubaté*, 29 mai. 1977, p.9). Chegou a afirmar o vereador:

Que o nosso querido rio Paraíba, tão caudaloso, e antigamente tão piscoso, está se transformando em um rio morto, pois seus grandes cardumes estão se extinguindo pela poluição, sendo que o seu penteoso canal está cada vez mais se transformando em um imenso depósito de esgoto (*Diário de Taubaté*, 29 mai. 1977, p.9).

No contexto de poluição, a bacia do Paraíba do Sul abastecia dez milhões de pessoas, o que inclusive foi motivo de alerta para a criação de algum programa de recuperação do rio (*Diário de Taubaté*, 9 jul. 1977, p.1). O paradoxo entre a poluição e a imprescindibilidade do rio parece ser uma constante entre os anos 1970. É no interior de tal complexidade que a noção de desenvolvimento sustentável começa a ganhar forma e volume. Para a continuidade do modelo de produção vigente, torna-se necessário, em alguma medida, criar mecanismos de mitigação dos inevitáveis impactos ambientais.

No ano de 1978, foram registradas cinco ocorrências relevantes referentes ao Paraíba do Sul, das quais quatro problematizam, novamente, sua poluição, agora com ênfase nas indústrias. As figuras 21 e 22 ilustram como a industrialização pode repercutir nos recursos hídricos dos quais elas são totalmente dependentes:

Figura 21 – Contaminação do rio Paraíba do Sul pela indústria.



Fonte: *Diário de Taubaté*, 13 mai. 1978, p. 1 Hemeroteca Antônio Mello Junior.

Figura 22 – Diminuição dos peixes no rio Paraíba do Sul.



Fonte: *Diário de Taubaté*, 22 out. 1978, p. 1  
Hemeroteca Antônio Mello Junior.

Neste ano de 1978, conforme explicitado no editorial *Poluição, o mal que prejudica o Vale do Paraíba* (*Diário de Taubaté*, 11 out. 1978, p. 7), a região possuía um total de 310 indústrias. Destaca-se que o volume de resíduos tratado era ínfimo, com menos de 20% dos detritos industriais e 16% do esgoto recebendo tratamento até então (Ibidem). Vislumbram-se também algumas iniciativas relevantes por empresas industriais de grande porte na aquisição de equipamentos importados, com o objetivo de tratar os efluentes antes de despejá-los no rio ou até mesmo para reaproveitá-los. Desse modo, reconhecia-se a vitalidade da bacia para o progresso econômico da região e das empresas.

Por isso, com a industrialização advinda após a modernização da rodovia atual – a anterior é velha de meio século e foi precedida pela estrada real caminho de tropas e carruagens -, é ainda sobre o rio que repousa o futuro daquela região (*Diário de Taubaté*, 6 set. 1978, p. 4).

Dez ocorrências sobre o agora comprometido rio Paraíba foram encontradas no *Diário de Taubaté* em 1979, todas diretamente relacionadas à poluição do rio. A novidade apresentada nestas edições foi a formação da Comissão de Recuperação do Rio Paraíba, reunindo prefeitos, vereadores, técnicos e eméritos cidadãos do

Vale do Paraíba, além de trabalhar junto com a CODIVAP<sup>7</sup> (*Diário de Taubaté*, 03 mar. 1979, p.7). Diante do alerta ambiental, há a formação de uma integralidade entre as cidades da bacia do Paraíba do Sul.

Dentro de tal ação integradora, foram registrados grupos de trabalho envolvendo representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e ministros do governo federal, em diálogo para se fazer conhecer como cada parte agiu para prevenir e equalizar a questão da poluição do rio (*Diário de Taubaté*, 26 jun. 1979, p.1). Embora tais encontros permeassem o ano, pouca efetividade na prática foi elaborada, uma vez que:

Estatísticas, relatórios, pesquisas, reuniões, não é o que falta ao Paraíba: o que falta é ação e esta mais uma vez continua no papel, ressaltados alguns aspectos da atuação da CETESB e do Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica, do lado de São Paulo (*Diário de Taubaté*, 2 ago. 1979, p.5).

A mentalidade norteadora difundida nas reuniões e encontros em prol da recuperação da bacia buscava transformar o Paraíba do Sul em um Tâmis, a partir da perspectiva de restauração ambiental (*Diário de Taubaté*, 9 mar. 1979, p.4).

O grande rio londrino, de praticamente morto, passou a ser um rio piscoso e depois de muitas décadas ali apareceram salmões, fato registrado pela imprensa mundial como um dos marcos da luta contra a poluição, conduzida com bom senso e sem apelos emocionais (*Diário de Taubaté*, 9 mar. 1979, p.4).

Na década de 1980, foram registradas duas ocorrências relevantes. Em uma delas técnicos do governo do estado do Rio de Janeiro promoveram um experimento ao aumentarem o nível em um trecho do Paraíba objetivando observar a capacidade de depuração de materiais tóxicos lançados no rio (*Diário de Taubaté*, 26 ago. 1980, p. 1). A segunda corresponde à notícia de um grande aporte financeiro oriundo do

---

<sup>7</sup> É uma associação de municípios do Vale do Paraíba fundada em 1970. Seu objetivo é promover políticas públicas em comunhão entre os municípios associados, visando o maior desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Governo Federal tendo como meta complementar os esforços para recuperação do rio (*Diário de Taubaté*, 30 set. 1980, p. 5).

Vale pôr em evidência três referências em relação à exploração de areia no Paraíba do Sul, sendo propriamente em seu leito ou em suas várzeas (*Diário de Taubaté*, 31 jul. 1975. p.1; *Diário de Taubaté*, 15 out. 1976, p. 4; *Diário de Taubaté*, 21 out. 1977, p.4). O que chama atenção é que em nenhuma delas houve um forte aceno dos desdobramentos ecológicos e biológicos sobre o meio Assim, no ano de 1977 (*Diário de Taubaté*, 21 out. 1977, p.4), denunciou-se não a atividade mineradora em si, mas sim a liberação do óleo queimado no rio, dali derivando impactos negativos, destacando sobre as infraestruturas localizadas no rio, em especial as pontes, que em função da combinação do óleo com sua estrutura física a tornava vulnerável.

O Vale do Paraíba do Sul destaca-se na produção de areia no Brasil, concentrando, aproximadamente, 25% da produção do estado de São Paulo e 10% do volume nacional (RIBEIRO, 2010). A expansão da atividade na região ocorreu no contexto após a Segunda Guerra Mundial, especialmente visando abastecer o mercado metropolitano de São Paulo com sua crescente dinamização urbana, além do próprio mercado valeparaibano. Mais uma vez o projeto urbano-industrial demandaria novos olhares sobre o rio Paraíba do Sul.

Com o esgotamento da capacidade de extração de areia diretamente no leito do rio, e também em função de mudanças na legislação ambiental, o modelo que se tornou hegemônico foi a exploração por cavas submersa, que ainda se faz presente, de forma constante, entre os municípios de Jacareí e Pindamonhangaba, ainda que guardem diferenças na intensidade da exploração em cada cidade (RIBEIRO, 2010).

Para esta autora, a exploração de areia possui aspectos positivos e negativos. Segundo ela, o principal ponto a considerar como algo benéfico é a contribuição socioeconômica. Além de gerar milhares de empregos diretos e indiretos, a areia natural continua sendo imprescindível para o funcionamento da materialidade de uma cidade, visto que é matéria prima para construção civil. Dentre os aspectos negativos, a autora pontua dezenas de possibilidades de impactos, sendo alguns:

Alteração na paisagem; supressão de vegetação; modificações na estrutura do solo; modificações no desempenho da função natural da mata ciliar; interferência sobre a fauna; alterações nas calhas dos cursos d'água (muitas vezes a área das cavas se junta ao curso do rio, devido à pouca distância entre os dois); alterações nas vias de transporte por decorrência da trepidação; poluição sonora; poluição atmosférica (devido ao lançamento de gases provenientes dos motores e de partículas sólidas, em virtude da utilização de maquinarias em diferentes operações); contaminação do solo e da água por óleos, graxas e lubrificantes [...] (RIBEIRO, 2010, p. 35).

Na mesma linha, Reis *et al.* (2006) apontam para o período analisado por eles (de 1993 a 2003) um aumento de 192% na área de cavas, permitindo conhecer a influência das cavas de extração no balanço hídrico do Vale do Paraíba do Sul. Concluem que “a água perdida por evaporação das cavas de areia seria suficiente para o plantio de 4.789 hectares de arroz irrigado no Vale do Paraíba” (REIS *et al.*, 2006, p. 394). Quando analisado somente o ano de 2003 concluem os autores que a perda de água por evaporação seria suficiente para abastecer uma cidade de 326.318 habitantes, considerando a média de consumo per capita do Estado de São Paulo que é de 160,847l/hab/dia (REIS *et al.*, 2006). O que o estudo sugere é que a extração de areia por cavas pode comprometer drasticamente a oferta de água para abastecimento urbano, assim como para uso agrícola.

Figura 23 – Cava de areia em área de preservação permanente em Pindamonhangaba.



Fonte: Ribeiro (2010)

O que se verificou diante a incursão entre as edições do *Diário de Taubaté*, entre os anos de 1975 a 1980, foi um contínuo e consistente discurso de poluição das águas do rio Paraíba do Sul. Branco (1983) soube explorar o dilema que se assentou sobre os municípios que se industrializavam e se urbanizavam na segunda metade do século XX, ao dizer que:

Para um país de poucos recursos, que luta para impor-se economicamente, um investimento substancial que tivesse a única finalidade de manter “o bom aspecto” de seus cursos d’água, poderia ser julgado supérfluo e adiável para épocas de maior fartura (BRANCO, 1983, p. 83).

Dessa forma, defende o autor que “a tese da industrialização a qualquer custo é insustentável” (BRANCO, 1983, p. 83). Desconhecia-se, ou até mesmo ignorava-se, o fato de que o prejuízo com a poluição poderia ser maior que os gastos com prevenção. No caso do uso industrial, o grau de exigência da qualidade da água pode variar em função do tipo de indústria que a demanda. Indústrias farmacêuticas e de produtos alimentícios dependem de uma água de maior qualidade e menor contaminação, diferente de atividades industriais que não tem nela sua matéria prima, ainda que estas necessitem de uma “água que obedeça a certos padrões, a fim de não produzir corrosão de tubos e peças metálicas, obstrução de caldeiras, alterações de características químicas de produtos que devam ser lavados” (BRANCO, 1983, p. 96).

Paralelo ao alto nível de poluição sistêmica resultante das novas dinâmicas urbanas e industriais na bacia do Paraíba do Sul, vislumbrou-se também o alvorecer de projetos que visavam diminuir a carga de poluição sobre o rio. Sobre esse assunto, um trecho do *Diário de Taubaté* explica que:

Pressionadas recentemente por severas medidas de proteção ao meio ambiente, as indústrias do Vale do Paraíba começam a se enquadrar de acordo com as leis antipoluição. Os maiores complexos industriais vêm inaugurando seus sistemas de purificação de detritos, com certo alarde. A inauguração do equipamento da fábrica da *General Motors* em São José dos Campos é um exemplo: avaliado em 10 milhões de dólares, ele é suficiente para tratar 5 milhões de litros de água coletadas no Paraíba (*Diário de Taubaté*, 11 out. 1978, p. 7).

Admitindo que o uso mais nobre da água de um rio é o abastecimento urbano, conforme Branco (1983), é preciso ainda refletir que quanto mais poluído e contaminado estiver um rio, mais complexo e oneroso se torna o tratamento. Parece ter sido a realidade do Paraíba do Sul mais seguramente nos anos da década de 1970, escopo temporal investigado. Dessa forma, agravam-se os prejuízos tornando-se também um problema de ordem social, na medida em que tal aumento do custo de tratamento pode ser repassado para a população.

Importante lembrar que esses impactos e desdobramentos da poluição sobre os usos da água dos rios não são os principais. Para Branco, “o principal efeito da poluição é o de eliminar, drasticamente, populações inteiras de peixes dos rios; vale dizer, comprometer seriamente a alimentação e o desenvolvimento de populações inteiras de seres humanos” (1983, p. 85). É nesse sentido que o autor corrobora com a ideia de uma crise ambiental se configurando em uma crise social, uma vez que os peixes são uma fonte imediata e acessível de proteínas para muitos, sobretudo populações de baixa renda, sendo indispensável para o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades humanas.

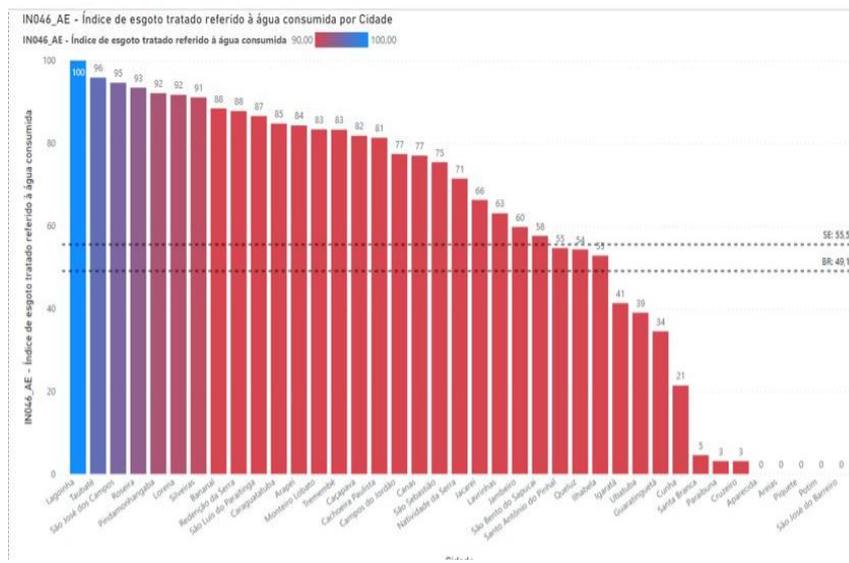
É a partir da poluição, e de modo mais panorâmico da degradação do espaço que está interligado ao corpo d’água, que é possível constatar o afastamento orgânico, recreativo e solidário da população com o rio, conforme demonstrou Carneiro (2015) ao explorar em uma perspectiva histórica a relação de estranhamento que fora se constituindo nas últimas décadas entre a população de Campos dos Goytacazes (RJ) com o rio Paraíba do Sul. Reconheceu-se, em sua pesquisa, como os elementos da modernidade e do progresso empurram os munícipes para um relacionamento de mal-estar com o rio que norteou a estruturação urbana da cidade. Assim, diz a autora que:

Uma comparação dos usos do passado com os atuais indica que o centro da cidade, que vivenciou uma relação de prazer com o curso d’água e com sua população, não é mais o mesmo (CARNEIRO, 2015, p. 109).

Evidencia-se a partir da condição de corpo poluído em função das consequências ambientais do projeto urbano-industrial, uma negação e

marginalização do rio que se deu nas últimas décadas, e que ainda paira na mentalidade de muitos habitantes de Campos, especialmente entre os mais jovens. Assim, conforme Carneiro, “para a grande maioria, o rio é sujo, poluído, não apresenta atrativos e não chama a atenção” (2015, p. 118). Além disso, é importante ressaltar que embora o passado do Paraíba do Sul tenha sido de profundas perturbações, nota-se que atualmente há ganhos parciais no seu tratamento. A questão do tratamento de esgotos nas cidades do Vale do Paraíba, ainda que desigualmente, evoluiu consideravelmente nas últimas décadas, conforme ilustrado na figura 24:

Figura 24 – Índice de tratamento de esgoto nas cidades do Vale do Paraíba (paulista).



Fonte: SNIS (2020)

Ao passo que se observa um problema, abrem-se soluções que condicionam ao encontro com o rio. No mesmo trabalho, a autora aponta soluções orgânicas que superem a visão caricata de um rio sem signo, ou com significado pouco nobre. Apresenta formas, que também são elementos da modernidade, que podem reestabelecer a conexão da cidade com o seu rio. O que a autora sugere é que cabe ao poder público produzir arranjos espaciais que convidem a população a dialogar, mediante diferentes percepções, com o Paraíba do Sul:

É notório que a falta de equipamentos de lazer e atrativos, capazes de estimular o uso das orlas urbanas de forma prazerosa, contribui para a relação que se dá hoje, levando a maioria da população a virar as costas para o rio, reafirmando a sua falta de identidade com o mesmo (CARNEIRO, 2015, p. 117).

Assim como o rio Tietê fora espaço de recreação, esporte, pesca (JORGE, 2006), em Campos de Goytacazes tais práticas também eram comuns, segundo Carneiro (2015). Na medida em que o rio é submetido ao projeto ambientalmente predatório na segunda metade do século XX, não sendo novidade em termos históricos, mas em escala, ele reconfigura e reafirma sua posição no interior do corpo urbano. A autora aponta ainda algumas pequenas iniciativas positivas no trecho do rio investigado por ela, como o remo e o *stand uppeddle*<sup>8</sup>. A questão implícita em sua abordagem é: a partir do poder público qual é o limite para um projeto de reconexão entre as partes divorciadas?

É por esse ângulo que se vislumbra a produção de alternativas que tenham força de empurrar a sociedade de encontro ao rio, seja do ponto da afetividade, da economia, do lazer ou da construção e preservação da memória. Para tanto, é necessária a integridade ecológica das águas da bacia, assim como o prolongamento de ações sustentáveis amplamente conectadas entre si, ou seja, pensar globalmente e agir localmente.

---

<sup>8</sup> “*Stand uppeddle* é uma modalidade esportiva surgida na década de 1960 nas Ilhas Havaianas e praticada no Brasil a partir de 2012. O esporte consiste em se remar em pé em cima de uma prancha” (CARNEIRO, 2015, p. 116).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É constatável que cada período histórico vai produzir uma determinada relação com o meio, expressando a ideia de que a natureza e a intensidade desse contato são dados em função das técnicas, recursos e intencionalidades próprias de cada circunstância temporal e espacial. Significa dizer que não existe associação entre Homem-natureza, mas uma relação antrópica com diferentes possibilidades de uso do território.

A História Ambiental aponta para um sentido que traduz a interação entre o homem e o meio que ocupa, evidenciando não apenas os termos e características mais superficiais dessa conexão como também as contradições, negações e continuidades que marcaram os diferentes usos e apropriações realizados sobre os recursos naturais. Nesse sentido, esta área do saber interdisciplinar emerge como possibilidade de construir o futuro a partir do passado. No nosso caso, tendo o rio Paraíba do Sul como escopo de estudo sob diversas perspectivas, sugere selecionar um futuro possível para este rio como negação ao conteúdo da História Ambiental feito até então, ainda que se reconheçam experiências históricas e atuais que busquem a manutenção ambiental e social do Paraíba do Sul para gerações futuras.

Embora não haja uma História Ambiental contada própria, o município de Taubaté é margeado por este trabalho, uma vez que foi desenvolvida a problematização de como a cidade esteve inserida em diferentes contextos temporais. Em uma sociedade na qual o tempo do dinheiro é o tempo do meio ambiente, evidenciou-se o alto grau de comprometimento da bacia hidrográfica como resultante de usos predatórios dos recursos naturais, que inevitavelmente se desdobraram no rio Paraíba do Sul.

A imprensa periódica é um robusto instrumento que permite conhecer não a realidade pura do rio Paraíba do Sul, uma vez que esta é intocável, mas sim como esse recurso hídrico foi representado em diferentes contextos sociais e econômicos da região e do país. Esta fonte se faz compreender, ainda que por meio de representações, notícias, citações, todas atravessadas por interesses, singularidades e parcialidades, os momentos do rio, e principalmente como cada um desses momentos foi marcado pelo modelo de apropriação dele pelas cidades que o

cortam. Ao mesmo tempo, indicava uma abstração de uma conexão mais direta da sociedade com o seu leito, seja com propósitos ambientais, recreativos ou até mesmo de pertencimento.

É a partir das diferentes percepções constatadas entre os jornais analisados por esta pesquisa, que se pode empreender a construção de momentos históricos do rio Paraíba do Sul no decorrer de boa parte do século XX. O que se verificou nas primeiras décadas daquele século, foi um rio pouco glorificado, ou melhor, subutilizado em suas representações diárias nos jornais, que foi um caudal que deveria permanentemente ser vigiado para prevenir ou administrar qualquer situação de inundações. Trata-se do rio como problema, obstáculo, divisão.

Ao passo que a sociedade brasileira experimentava mudanças estruturais, que também se reproduziam na bacia do Paraíba do Sul, na virada da primeira para a segunda metade do século XX, o rio que agora era imprescindível para o projeto urbano-industrial, torna-se recurso indispensável para a marcha do progresso. Além disso, entre os jornais, havia fortes discursos que buscavam evidenciar a indissociabilidade do futuro da região ao futuro do rio. Nesse sentido, observou-se, a partir da década de 1950, a emergência do discurso ambiental, que será mais intenso nas décadas subsequentes. A ideia de desenvolvimento contínuo da região reconhecia a necessidade de manutenção das condições do rio e os veículos de comunicação da época passaram a tratar de tal interesse.

Diante da nova racionalidade econômica da região, uma contradição se impõe: embora imprescindível, o rio Paraíba do Sul passa a ser divulgado entre os anos da década de 1970 como um corpo extremamente poluído, ou seja, a mesma lógica que o condenava, buscava sua redenção explorando e divulgando o alto nível de poluição.

O Jornal *Diário de Taubaté*, no intervalo entre 1975 e 1980, foi contínuo e consistente em evidenciar o estado poluído do rio Paraíba do Sul. Ao mesmo tempo, revelou as iniciativas que buscavam intervir naquela realidade, mostrando a essencialidade desse enorme recurso hídrico para o conjunto de agentes que dele dependiam. De certa forma fica claro que o jornal construiu uma narrativa que condicionava o futuro, sobretudo econômico, à recuperação e despoluição do rio

Paraíba do Sul, ou seja, incorporou e reproduziu, ainda que de modo incipiente, o debate sobre o desenvolvimento sustentável em voga naquele contexto.

Os jornais *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano* e *Diário de Taubaté* puderam, ao longo do século XX, realçar formas particulares de apropriação do rio Paraíba do Sul por diferentes agentes, públicos e privados, assim como puderam salientar a relevância de suas águas para a manutenção e reprodução das relações socioeconômicas. Nesse contexto, também se reforçou o embate entre unidades federativas, no que concerne ao aproveitamento dos recursos hídricos da bacia. Desta forma, corrobora para a contínua e sempre inacabada construção da História Ambiental.

Sobre a relação rio-cidade, é fundamental fomentar o permanente diálogo, sob diversos formatos, entre uma dada população com seus recursos hídricos. Apontar historicamente como a sociedade olhou e se apropriou de seus recursos naturais, obedecendo às circunstâncias momentâneas, significa edificar a possibilidade de construção de um futuro marcado pelo aprofundamento da justiça ambiental, econômica e social.

## 5. REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre. **Sobre regiões e desenvolvimento**: os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. 160p.

AMARAL, Raphael Thomaz Sanches do. **A transformação da várzea do Vale do Paraíba Paulista em espaço econômico**: um olhar sobre a arquitetura vernacular. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. 135p.

ARRUDA, Gilmar. Apresentação: a natureza dos rios e os territórios. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008. cap.1. p.7-p.25.

BRANCO, S. M. **Poluição: A morte de nossos rios**, 2.ed. São Paulo: Ascetesp. 1983, 155 p.

BRASIL, Lucas; QUINTEIRO, Mariana; PENNA-FIRME, Rodrigo. Transição da paisagem no Vale do Rio Paraíba do Sul (RJ/SP): História Ambiental do café à pecuária. In: OLIVEIRA, R. 246 R.; RÚÍZ, A. E. L. (org.). **Geografia Histórica Do Café No Vale Do Rio Paraíba Do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2018. 303p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e estado desde a independência. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 461p.

BRITO, Elaine Cristina de; GUIMARÃES, Eliete Ribeiro; FARIA, Gianpaulo Aves. **Rio Paraíba**: o rio que clama por socorro. 1996. 131 f. Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Departamento em Comunicação Social, Universidade de Taubaté, Taubaté, 1996.

BRITTO, Ana Karina de Castro. **A cultura caipira sob as águas**: impactos culturais da construção do reservatório da UHE - Paraibuna. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017.

CARDOSO, Flavia dos Santos. **O rio é nosso quintal**: as encruzilhadas de uma comunidade ribeirinha urbana. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Paraíba, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2017.

CARNEIRO, Silvana Monteiro de Castro. **A MARGEM DA CIDADE**: o rio paraíba do sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/rj. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Campos dos Goytacazes, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015.

CASTRO, Antonio José de. **Transição da economia cafeeira para a pecuária leiteira no Vale do Paraíba Paulista**: séculos xix e xx. Aparecida: Editora Santuário, 2004.

CESAR JUNIOR, Carlos Eugenio Monteclaro. **Conhecendo Taubaté**: uma análise urbana. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2013. 224p.

CHALITA, Luciano Mouassab. **Urbanização, paisagem e ambiente construído**: Ocupação e produção do espaço sobre as Bacias hidrográficas em Taubaté, SP. 2017. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2017.

COELHO, V. **Paraíba do Sul**: um rio estratégico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. 335p.

CORDEIRO, Débora Aparecida. **O Correio da Manhã**: mediação entre os habitantes da cidade e os poderes constituídos (1901 - 1906). 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CORREA, Ronaldo de Castro. **Avaliação das atividades antrópicas sobre a bacia Hidrográfica do Ribeirão Itaim** - Taubaté/SP. 2001. 102f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989. 94p.

COSTA, Silvio Luiz. **Taubaté**: o local e o global na construção do desenvolvimento. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005. 179p.

COY, Martin. Rio e cidade: uma interação em transformação. **Revista Franco Brasileira de Geografia**, n. 18, 2013.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. **Projeto história**, São Paulo, n.35, 2007.

DANTAS, Marcelo Eduardo.; NETTO, Ana Luiza Coelho. Resultantes geo-hidroecológicas do ciclo cafeeiro (1780- 1880) no médio vale do rio Paraíba do Sul: uma análise quali-quantitativa. **Anuário do Instituto de Geociências (UFRJ)**, v.19, p.61-78, 1996.

DE LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

DEVIDE, A. C. P. et al. História ambiental do Vale do Paraíba Paulista, Brasil. **Revista Biociências**, Taubaté, v. 20, n. 1, p. 12-29, 2014.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, v. 4, n. 8, p.177-197, 1991.

FARIA, T. de J. P.; QUINTO JUNIOR, L. de P. Rio e História Urbana: o papel do rio Paraíba do Sul na criação e desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes [RJ]. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 103–115, 2017.

FERREIRA, Marcelo. dos Santos. A terceira “transposição” de águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul: um conflito federativo em meio à escassez hídrica. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 7–34, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS – Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Proposta de adequação**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf>. Acesso em: 02. Nov. 2022.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006. 232p.

JORGE, Janes; RAFFAINI, Patricia. Fontes para a história ambiental: Uma introdução ao campo. **Revista de fontes**, v. 6, n. 11, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/10235>. Acesso em 04 Dez. 2021.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. **Documento e História: A memória evanescente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. cap. 2, p.9-p.27.

LIMA, S. F. S.; BATISTA, G. T. Impacto da represa da Usina Hidrelétrica de Paraibuna, SP, Brasil. **AmbiÁgua**, Taubaté, v. 5, n. 3, p. 208-221, 2010.

MARTINS, Gilberto. **Taubaté nos seus primeiros tempos**. Taubaté: Egetal, 1973. 85p.

MARTINS, Terezinha de Fátima. **Projeto de ocupação ambiental do Rio Paraíba do Sul**. Ação antrópica e intervenções - trecho paulista. 1991. 172 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Taubaté, Taubaté, 1991.

MELLO, L. F., TEIXEIRA, L. R., MELLO, A. Y. I. População e desenvolvimento na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo: desafios atuais e futuros. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais 2012**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2012.

MULLER, Nice Lecocq. **O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. 375p.

OLIVEIRA, Kelly Cristina. **Jornal Correio Paulistano – constituição e mudança do gênero anúncio de emprego (1854 a 1900) sob a perspectiva crítico-discursiva**. 2012. 470f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, R. Mata Atlântica, paleoterritórios e História Ambiental. **Ambiente & Sociedade Campinas**, v. X, n. 2 p. 11-23 jul.-dez. 2007.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados (Dossiê Teorias Socioambientais)**. São Paulo: Instituto de Estudos avançados, v.24, n.68, 2010.

PATRIANI, L.; CUNHA, V. **Paraíba do Sul: história de um rio sobrevivente**. São Paulo: Horizonte, 2010.128p.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 31, n. 89, p. 271-283, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>.

REIS, B. J.; BATISTA, G. T.; TARGA, M. S.; CATELANI, C. S. Desenvolvimento de um banco de dados georreferenciados para a avaliação das atividades minerais da

planície aluvial do Rio Paraíba do Sul. **Revista Biociências**, Taubaté, v. 12, p. 34 - 42, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 472p.

RIBEIRO, Fernando Pinto. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **In Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n.2, mai./ago. 2012, p.211-225.

RIBEIRO, Maria Alice de Moraes. **Taubaté e a Alternativa Industrial**: 1891-1933. (Dissertação de Mestrado em História Social). São Paulo, FFLCH/USP, 1982.

RIBEIRO, Rafaela Maia. **A exploração em cavas de areia no Vale do Paraíba**: atores e conflitos - estudo de caso em Jacareí e São José dos Campos. 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

RICCI, Fábio. **Indústria têxtil na periferia**: origens e desenvolvimento – o caso do Vale do Paraíba. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006. 180p.

RODRIGUES, Aline F; LATAWIEC, Agnieszka E; SALES, Gabriel Paes da Silva Sales; SOLÓRZANO, Alexandro; LIMA, Maria Luciene da Silva. Mudanças nos serviços ecossistêmicos disponíveis após alterações no uso e na cobertura da terra: o caso do Vale do Rio Paraíba do Sul. In: OLIVEIRA, R. 246 R.; RUÍZ, A. E. L. (org.). **Geografia Histórica Do Café No Vale Do Rio Paraíba Do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2018.

RUIZ, Adi Estela Lazos; NETTO, Ana Luiza Coelho; DANTAS, Marcelo Eduardo; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Cenários do passado no Vale do Rio Paraíba do Sul e a entrada do Antropoceno no Sudeste brasileiro. In: OLIVEIRA, R. 246 R.; RUÍZ, A. E. L. (org.). **Geografia Histórica Do Café No Vale Do Rio Paraíba Do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2018a.

RUIZ, Adi Estela Lazos; FREITAS, Herbert Serafim; NUNES, Rafael da Silva; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; SADA, Sergio Guevara. Conexões socioecológicas

no paleoterritório do café. In: OLIVEIRA, R. 246 R.; RUÍZ, A. E. L. (org.). **Geografia Histórica Do Café No Vale Do Rio Paraíba Do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2018b.

SANTOS, Fábio. Alexandre. Inundações na cidade de São Paulo: uma construção social. **Histórica**, v. 10, n. 62, p. 15-22, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 384p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16ªed. Rio de Janeiro: Record, 2016. 475p.

SANTOS, Ruth Simões Bezerra dos. Aspectos da hidrografia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, [s. l.], n. 3, p. 327-375, jul. 1962.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 334p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 551p.

SOUZA, M. A. A. DE. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Revista Cronos**, v. 10, n. 2, 17 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>. Acesso em: 27 Mar. 2022.

TARGA, Marcelo dos Santos; GONÇALVES, Mauro Castilho; CATELANI, Celso de Souza; DIAS, Nelson Wellausen. Humanoccupationandland use process in the Itaim basin, Taubaté, Brazil. **Ambiente e Agua - AnInterdisciplinaryJournalOfApplied Science**, [S.L.], v. 14, n. 7, p. 1, 26 dez. 2019. Disponível em: <http://www.ambi-agua.net/seer/index.php/ambi-agua/article/view/2211>. Acesso em 18 Jan. 2022.

TEIXEIRA, T.P. et al. Diversidade das assembléias de peixes nas quatro unidades geográficas do rio Paraíba do Sul. **Iheringia, Zool.**, Porto Alegre, v. 95, n. 4, p. 347-357, 2005.

VENTURI, LuisAntonio Bittar. **Recursos naturais do Brasil**. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2021. 325p.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o vale do paraíba paulista na segunda metade do século xx. 2009. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WORSTER, Donald. "Para fazer história ambiental", **Estudos Históricos**, 4-8, pp. 198-215, 1991. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>. Acesso em 18 Mar. 2022.